

IV TRIMESTRE 2020

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
UNIDADE, DISCIPLINA , TRABALHO



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
[financas.gov.st](http://financas.gov.st)

Fevereiro 2021

## **Relatório de Execução Orçamental**

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de execução Orçamental disponível até 31 de Dezembro de 2020.

Disponível *on-line* em: [www.financas.gov.st](http://www.financas.gov.st)



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul  
Direcção de Contabilidade Pública

### **Contributos:**

Direcção do Orçamento  
Direcção do Tesouro  
Direcção dos Impostos  
Direcção das Alfandegas

## Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas .....	ii
Índice de Gráficos .....	ii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	iii
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
<b>Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL .....</b>	<b>7</b>
I.1. Execução das Receitas Totais .....	7
i.1.1. Receitas Efectivas .....	7
i.1.2. Receitas Correntes.....	8
i.1.2.1. Receitas Fiscais .....	9
i.1.2.2. Receitas não Fiscais .....	15
i.1.3. Donativos.....	17
<b>ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....</b>	<b>18</b>
i.1.1. Despesas Efectivas.....	18
i.1.2. Despesas Primárias.....	19
i.1.3. Despesas de Funcionamento.....	20
i.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP) .....	22
i.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	24
i.1.6. Principais Saldos Orçamentais.....	26
i.1.7. Financiamento do Défice Global .....	27
<b>PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....</b>	<b>29</b>
II.1. Análise da Execução Orçamental.....	29
II.1.1. Por Classificação Orgânica .....	29
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	31
II.1.3. Por Localização Geográfica.....	33
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	35
II.1.5. Por Tipologia de Despesas .....	37
II.2. Alterações Orçamentais .....	38
II.2.1. Alterações Orçamentais por Classificação Orgânica .....	39
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	43
II.2.3. Por Localização Geográfica.....	47
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	49
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	51

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Donativos recebidos no âmbito do programa de combate a COVID_19 .....	4
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas .....	8
Tabela 3: Detalhe do IRS .....	10
Tabela 4: Detalhe do IRC .....	11
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património .....	12
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo .....	13
Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo .....	14
Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo .....	15
Tabela 9: Detalhe das Taxas .....	15
Tabela 10: Despesas Totais Executadas .....	19
Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Dezembro de 2020 .....	25
Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2020 .....	26
Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global .....	27
Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica .....	30
Tabela 15: Execução por Classificação Funcional .....	32
Tabela 16: Execução por Localização Geográfica .....	34
Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos .....	36
Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas .....	38
Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica .....	40
Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional .....	45
Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica .....	48
Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos .....	49
Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas .....	52

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas .....	7
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas .....	9
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas .....	10
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais .....	16
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais .....	18
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento .....	20
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP) .....	23

## Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América



## Apresentação

No cumprimento do preceito legal estabelecido através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 17.º da Lei n.º 5/2020, de 25 de Agosto (Lei que aprova o OGE R\_2020 (Orçamento Geral do Estado Retificativo para 2020)), elabora-se o presente relatório da execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao quarto trimestre de 2020, ou seja, o período compreendido de Janeiro à Dezembro de 2020. Procedeu-se a análise dos valores executados, numa perspectiva de desempenho, face ao valor aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano precedente. O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas.

A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde se faz o apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos.

Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia das despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 16.º da Lei 5/2020, de 25 de Agosto, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

## Apreciação Global

A execução orçamental até o final do quarto trimestre do ano 2020 foi baseada no estrito cumprimento da Lei nº 5/2020 de 25 de Agosto de 2020 (Lei que aprova o OGE R\_2020, Orçamento Geral do Estado retificativo para o ano 2020), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

De acordo com as informações de execução orçamental até Dezembro de 2020, constata-se que o défice primário até o final de quarto trimestre situou-se em 4,8% do PIB, abaixo da meta revista e projectada no OGE R\_2020, para o presente ano económico que é de 6,3% do PIB. Salienta-se, entretanto, que devido a pandemia do COVID-19, o referido deficit primário foi revisto em alta pela equipa de supervisão do FMI, saindo de 1,7% do PIB no anterior OGE\_2020, passando para 6,3%, no OGE R\_2020 (Orçamento Retificativo). Foi também revista em baixa, o PIB programado para o ano em curso, saindo de 9.997.323 milhares de Dobras no OGE\_2020, aprovado pela Lei nº.1/2020, de 17 de Janeiro de 2020, para 8.933.000 milhares de Dobras no OGE R\_2020 (OGE Retificativo, aprovado pela Lei nº.5/2020, de 25 de Agosto de 2020).

Apesar da boa performance do défice primário alcançado até o período em análise, este nível percentual atingido deve-se a realização de despesas correntes adicionais, no âmbito de combate a pandemia da COVID-19 a partir da segunda quinzena do mês de Março do ano em análise, que foram realizadas com fonte de financiamento externo, sobretudo o desembolso do FMI (no âmbito de facilidade de crédito alargado).

O défice acima referido foi financiado pela componente interna e externa. Pela parte interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 84.046 milhares de Dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelas seguintes fontes:

- ✓ O apoio orçamental do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) no montante de 371.283 milhares de Dobras;
- ✓ O apoio Orçamental da União Europeia no montante de 127.192 milhares de Dobras;
- ✓ O apoio orçamental do Banco Mundial no montante de 204.863 milhares de Dobras;
- ✓ O desembolso do FMI no âmbito de facilidade de crédito alargado, no montante de 370.185 milhares de Dobras.

Efectuando uma análise às receitas, verifica-se um grau de realização de 97,2% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram respectivamente em 120,9% e 75,3% do estimado para o ano. As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 116,8%, mais 16,0% do arrecadado no período homólogo de 2019, correspondendo a 15,1% do PIB programado para o ano.

Para as receitas não fiscais, constata-se que as mesmas tiveram um grau de execução de 149,3%, em relação ao previsto para o ano, ficando abaixo do executado no mesmo período do ano precedente em 18,8%. Salienta-se, pois, que esta diminuição deve-se a fraca performance da sua componente rendimento de participações, rendimentos de petróleo, outras receitas patrimoniais e receitas de serviços, que ficaram abaixo do executado no igual período do ano 2019 em 8,9% e 55,6%, 30,2% e 29,3%, respectivamente.

Referindo-se aos donativos, observa-se que estes ficaram em 75,3% do previsto para o ano e, relativamente ao período homólogo de 2019 registou-se um acréscimo de 77,2%, proveniente da entrada de recursos do apoio orçamental do BAD, da União Europeia e do Banco Mundial, os donativos para projectos da República Popular da China, das Sub-Empresas Petrolíferas e os provenientes da iniciativa HIPC.

Pelo exposto acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa e apesar da tentativa de contenção das despesas, sobretudo as discricionárias, de modo a se cumprir com a meta do défice primário acordado com os parceiros de Bretton Woods, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 100,7% do inicialmente aprovado.

Em Relação ao período homólogo do ano transacto, nesta categoria de despesas, registou-se um aumento de 20,5%, tendo em conta a performance dos seus agregados: Despesas com Pessoal, Bens e Serviços, Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes e Despesas de Investimentos com Recursos Internos.

É importante referir que o aumento verificado ao nível de execução das despesas primárias face ao programado para o ano, bem como em relação ao período homólogo do ano de 2019, deveu-se a realização de despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) que tem assolado o mundo em geral e São Tomé e Príncipe em particular. Para mitigar a situação, através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, declarou-se o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março do ano de 2020. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, do qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que possam ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia da COVID-19; durante o período de contingência. Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs.7 e 8/2020, ambos de 07 de Maio. O Decreto-Lei n.º. 7/2020, define as Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate a COVID-19 e, o Decreto-Lei n.º.8/2020 criou o Fundo de Resiliência, que tem como objectivo exclusivo financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da covid-19.

Por outro lado, no âmbito da pandemia em causa o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades de realização de despesas diversas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos desinfectantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a COVID-19.

Dada a insuficiência de recursos próprios que dispõe o país, no âmbito de prevenção e combate a COVID-19, foram encentados contactos pelo Governo, junto aos parceiros bilaterais e multilaterais, com vista a engariar fundos, de modo a conseguir enfrentar os desafios da pandemia em causa. Até o final de Dezembro de 2020, conforme o relatório da COVID-19 elaborado pela Direcção do Tesouro, o País obteve diversos financiamentos em doações, no qual são apresentados conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1: Donativos recebidos no âmbito do programa de combate a COVID\_19**

(Valores em milhares)

Tipo de Financiamento	Instituições	Montante (em milhares)			Montante (em milhares)			Montante (em milhares)		
		Entradas			Saídas			Saldos		
		STD	USD	EUR	STD	USD	EUR	STD	USD	EUR
Donativos	BM		2 500			1 899		...	601	...
	OMS	1 371			1 371			0	...	...
	BP		100			100		...	0	...
	GALP		20			20		...	0	...
	UNICEF	1 459			1 459			0	...	...
	PAM		25			25		...	0	...
	Macau-China			12			12	...	...	0
	BAD			8 907			8 148	...	...	759
	<b>Total .....</b>	<b>2 830</b>	<b>2 645</b>	<b>8 918</b>	<b>2 830</b>	<b>2 044</b>	<b>8 159</b>	<b>0</b>	<b>601</b>	<b>759</b>

Fonte: Direcção do Tesouro - MPFEA

De conformidade a Tabela 1, é importante referir o seguinte:

- O donativo do Banco Mundial (BM), no valor de 2.500 milhares de Dólares, não tendo passado pelo Tesouro Público foi gerido pela Agência Fudiciária de Administração de Projectos “AFAP”, com apoios directos ao Ministério da Saúde;
- Os donativos da BP e da GALP, nos valores de 100 e 20 milhares de Dólares respectivamente, foram geridos pela Agência Nacional do Petróleo, com apoios directos ao Ministério de Saúde. Salienta-se, entretanto, que o donativo da GALP equivalente a 20 milhares de Dólares, não foi em dinheiro, mas sim em espécie (materiais consumíveis), tais como máscaras, luvas, detergentes, dezinfectantes, etc, entregues ao Ministério de Saúde;
- O donativo da Organização Mundial de Saúde “OMS” no valor de 1.371 milhares de Dobras foi direccionado ao Ministério de Saúde, para financiar actividades relacionadas com a Vigilância Epidemiológica;
- Do mesmo modo, o donativo da UNICEF, no valor de 1.459 milhares de Dobras, suportou os encargos com a Rádio Nacional, TVS e diversas Empresas do Sector privado, no âmbito do programa de teleaulas;
- O donativo de Macau-China no valor de 12 milhares de Euros, foi concedido pela Associação dos Santomenses e Amigos de S.Tomé e Príncipe, residentes em Macau. Este donativo foi gerido pela Instituição de Cruz Vermelha Nacional de forma a normal pressecução do fornecimento de refeições quentes aos idosos dos lares que se encontram sob a responsabilidade desta Instituição.
- O donativo de PAM no valor equivalente a 25 milhares de Dólares foi efetuado a favor do sector da educação, não tendo passado pelo Tesouro Público. A execução foi para efeitos de aquisição de produtos alimentares de 1ª necessidade, de forma a complementar as cestas básicas a favor das crianças mais carenciadas do Ensino Básico e Pré-Escolar.
- Das doações recebidas, conforme a tabela 1 acima apresentada, apenas o donativo do BAD, foi gerido pelo Tesouro Público. Ao nível de execução das despesas, de Abril a Dezembro de 2020, no âmbito do programa prevenção e combate a COVID-19, as despesas realizadas com o donativo do BAD,

ascenderam o montante de 199.673 milhares de Dobras, que constam-se no TOFE, distribuídas em diversas rubricas orçamentais.

Salienta-se entretanto que na base do Decreto-Lei nº.8/2020, que criou o Fundo de Resiliência, cujo objectivo exclusivo é de implementar e financiar medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da Covid-19, o Governo através da iniciativa de crédito alargado, recebeu do FMI dois desembolsos, sendo o primeiro no mês de Abril no valor de 12.291 milhares de Dólares e o segundo no mes de Julho no valor de 4.215 milhares de Dólares, perfazendo deste modo o montante de 16.506 milhares de Dólares. Estes desembolsos tiveram como finalidade, gerir as necessidades imediatas de financiamento face ao acréscimo de despesas provocados pelo surgimento da pandemia em causa.

A partir desta linha de crédito, no mês de Maio de 2020, financiou-se o fundo de resiliência no montante de 5.000 milhares de Dólares, equivalente a 113.091 milhares de Dobras. Conforme o Relatório da COVID-19, elaborado pela Direcção do Tesouro, de Maio a Dezembro de 2020, no âmbito de prevenção e combate da pandemia em causa, realizou-se com este fundo despesas no montante total de 112.263 milhares de Dobras. Recorde-se que estas despesas foram realizadas por distintos Ministérios, no âmbito de prevenção e combate ao COVID-19, no estrito cumprimento do Decreto-Lei nº.8/2020.

As informações mais detalhadas sobre as despesas efectuadas no âmbito do Programa de prevenção e combate a COVID-19, podem ser consultadas nos Relatórios da COVID-19, produzidos pela Direcção do Tesouro e que se encontram publicados no site do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Por conseguinte, de igual modo como aconteceu no exercício económico de 2019, continuou sendo incorporado no TOFE durante o ano 2020, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços efectuam cobranças e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e, não passam pela CUT junto ao Banco Central.

Entretanto, apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na aplicação do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e para as despesas, as mesmas foram consideradas de despesas consignadas.

Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Dezembro do corrente ano, excedem o valor de 99.304 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizaram o valor de 133.099 milhares de Dobras. Do mesmo modo, para as despesas realizou-se o valor de 98.553 milhares de Dobras e, adicionando-se as despesas consignadas já existentes, totalizaram desta forma o valor de 159.885 milhares de Dobras.



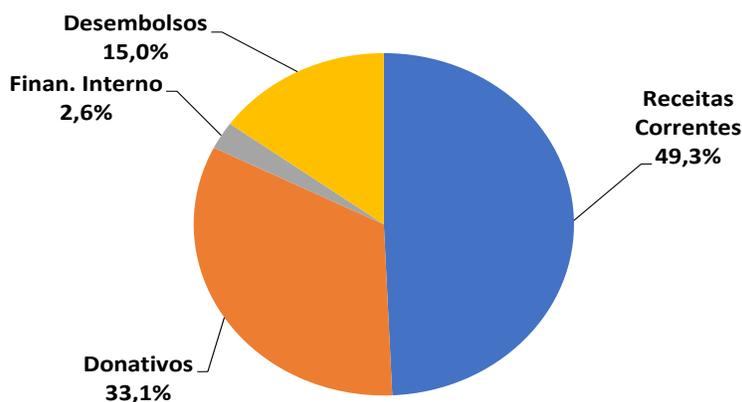
## Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

### I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto internos (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento) como externos (correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).

As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do quarto trimestre do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 3.237.492 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 101,7% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga de 40,5%, face ao executado no igual período do ano 2019 (2.303.753 milhares de Dobras).

**Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O moderado incremento relativo ao igual período do ano precedente, deveu-se essencialmente a uma ligeira entrada dos Donativos, nomeadamente os donativos para o apoio orçamental. Do mesmo modo, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro crescimento, motivado pelo acréscimo do nível de execução das receitas fiscais, que se situaram em 16,0%, acima do realizado no mesmo período do ano 2019.

#### i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma das Receitas Correntes e os Donativos. Até o final do quarto trimestre de 2020, esta ascendeu a uma arrecadação de 2.667.120 milhares de Dobras, o que

corresponde a uma taxa de execução 97,2% do programado, e um acréscimo de 28,7%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2019. O acréscimo alcançado deve-se ao ligeiro aumento verificado na entrada dos Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que até o final do quarto trimestre de 2020, verificou-se um acréscimo de 77,2%, face ao executado no mesmo período de 2019.

**Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas**

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Dez. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 080 816	2 960 194	2 072 963	2 742 939	2 667 120	97,2	28,7	0,3
Receitas correntes	1 365 306	1 331 900	1 468 304	1 319 870	1 595 757	120,9	8,7	0,2
Receitas corr. excl. petróleo	1 153 287	1 329 900	1 398 498	1 314 771	1 456 395	110,8	4,1	0,2
Receitas fiscais	1 099 411	1 230 100	1 160 191	1 152 404	1 345 722	116,8	16,0	0,2
Impostos directos	358 017	395 808	427 112	363 765	431 821	118,7	1,1	0,0
Impostos indirectos	740 353	832 533	732 893	788 240	909 933	115,4	24,2	0,1
Imposto s/ Importação d/q	485 988	526 867	471 526	534 430	570 877	106,8	21,1	0,1
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	0	0	643	2 318	108 368	4675,1	16741,9	0,0
Imposto sobre Consumo	157 376	178 725	150 843	172 956	219 561	126,9	45,6	0,0
Imposto sobre valor acrescentado (I	0	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto de Selo	60 139	69 389	62 515	47 607	61 055	128,2	-2,3	0,0
Taxas	36 850	57 552	48 009	33 247	46 669	140,4	-2,8	0,0
Contribuição ao Fundo de Desempr	0	0	0	0	3 236	...	...	0,0
Outras receitas fiscais	1 041	1 759	185	399	732	183,4	294,9	0,0
Receitas não fiscais	265 896	101 800	308 114	167 466	250 036	149,3	-18,8	0,0
Receitas patrimonial d/q	233 901	51 034	111 067	61 357	98 523	160,6	-11,3	0,0
Rendimento de petróleo	212 019	2 000	69 807	2 781	30 994	1114,5	-55,6	0,0
Receitas de serviços	21 222	35 212	188 192	103 375	133 099	128,8	-29,3	0,0
Outras receitas não fiscais	10 773	15 554	8 855	2 734	18 414	673,5	108,0	0,0
Donativos	715 510	1 628 294	604 659	1 423 069	1 071 363	75,3	77,2	0,1
para financiamento do OGE	125 415	239 209	186 033	408 314	703 338	172,3	278,1	0,1
para Projectos	557 012	1 307 975	332 711	951 500	326 652	34,3	-1,8	0,0
HIPC	33 083	81 110	85 915	63 255	41 373	65,4	-51,8	0,0

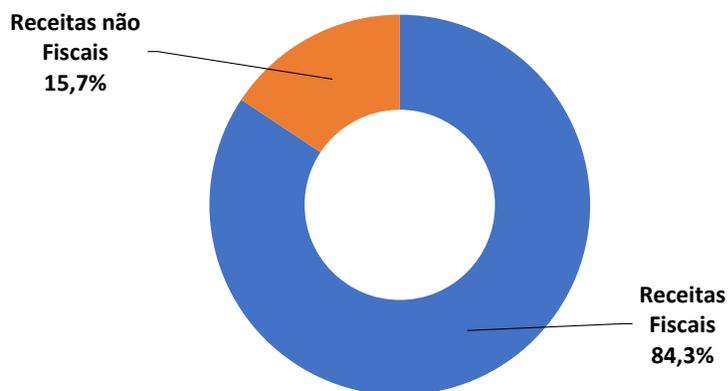
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### I.1.2. Receitas Correntes

Nesta categoria estão classificadas as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

## Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 120,9%, ascendendo aos 1.595.757 milhares de Dobras e, superior ao arrecadado no igual período do ano precedente em 8,7%. O nível de arrecadação desta categoria de receitas até o período em análise, deveu-se, sobretudo ao bom desempenho do IRS, imposto sobre a importação e Imposto sobre consumo de Bebidas alcoólicas, tendo este último atingido um nível de execução de 128,6% e uma variação homóloga positiva de 108,1%.

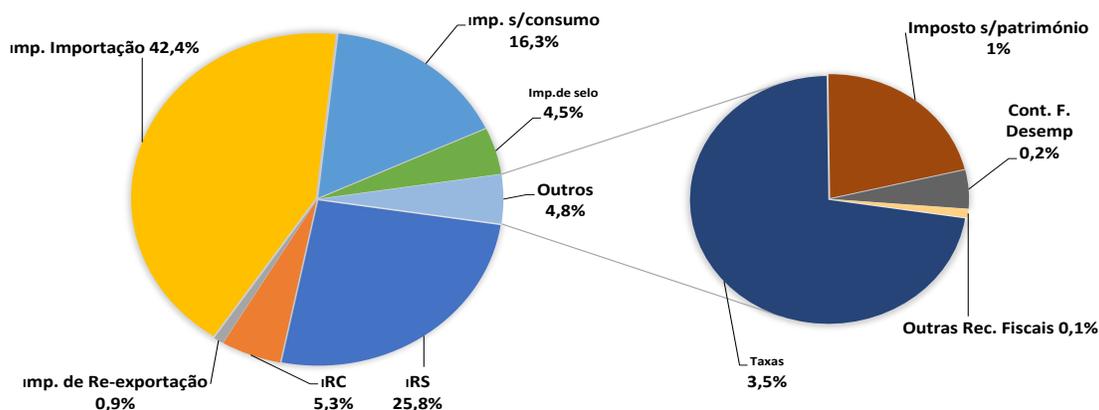
Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita representa cerca de 17,9% do PIB estimado para o ano em análise. Saliente-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes<sup>1</sup> ascendem a 1.456.395 milhares de Dobras, ficando a 110,8% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a um acréscimo de 4,1% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

### 1.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 84,3%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do quarto trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 1.345.722 milhares de Dobras, cerca de 116,8% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um aumento de 16,0%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2019, e, cerca de 15,0% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, “Impostos sobre Consumo”, que registou uma execução de 126,9%, face ao programado para o ano. Este agregado teve uma variação positiva de 45,6% em relação ao igual período do ano precedente.

<sup>1</sup> Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

**Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 32,1% das receitas fiscais, tendo registado até final do quarto trimestre um grau de execução de 118,7% do previsto, ascendendo aos 431.821 milhares de Dobras, e que corresponde a um acréscimo de 1,1% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o acréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

#### – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

**Tabela 3: Detalhe do IRS**  
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRS</b>	<b>283 175</b>	<b>303 133</b>	<b>300 506</b>	<b>347 100</b>	<b>115,5</b>	<b>14,5</b>	<b>100,0</b>
do Trabalho por Conta de Outrem	240 390	234 197	252 706	287 966	114,0	23,0	83,0
do Trabalho por Conta Própria	30 567	54 286	32 616	41 879	128,4	-22,9	12,1
de Capitais Individuais	12 218	14 650	15 184	17 254	113,6	17,8	5,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receita que representa a terceira maior componente do agregado das receitas fiscais 25,8% (cf. Gráfico 3) apresenta até final do quarto trimestre uma arrecadação de 347.100 milhares de Dobras, o que corresponde a 115,5% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 14,5% face ao arrecadado em igual período de 2019. Apesar do bom desempenho verificado, o imposto sobre o rendimento do trabalho por contra própria é uma das componentes deste imposto com uma variação negativa, em comparação ao valor executado no igual período de 2019, que pode ser justificado pelo decréscimo verificado nas actividades económicas individuais, por causa da crise pandémica da Covid 19.

#### – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

**Tabela 4: Detalhe do IRC**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>IRC</b>	<b>97 981</b>	<b>107 392</b>	<b>53 261</b>	<b>70 904</b>	<b>133,1</b>	<b>-34,0</b>	<b>100,0</b>
Indústria Petrolífera	0	0	0	0	...	...	0,0
Imposto Industrial	93 382	92 563	50 231	68 059	135,5	-26,5	96,0
de Capitais de Pessoas Jurídicas	4 599	14 828	3 031	2 845	93,9	-80,8	4,0
do Transporte do Petróleo	0	0	0	0	...	...	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 70.904 milhares de Dobras, correspondendo a 133,1% do estimado para o ano e um decréscimo de 34,0%, face ao arrecadado no período homólogo de 2019, representando 5,3% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). O último mês do trimestre (Dezembro) representa o mês da 3ª prestação do pagamento por contas. O fraco desempenho comparativamente com o período homólogo, deveu-se ao baixo nível de cobranças, motivado pela crise pandémica causada pela Covid 19. Os meses de Abril, Maio, Junho, Setembro e Dezembro são os de maior cobrança deste imposto.

#### - Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de

bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

**Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Património</b>	<b>14 652</b>	<b>16 587</b>	<b>9 997</b>	<b>13 817</b>	<b>138,2</b>	<b>-16,7</b>	<b>100,0</b>
Predial Urbano	2 096	2 115	1 964	2 025	103,1	-4,3	14,7
Sucessões e Doações	973	1 143	1 294	1 560	120,6	36,5	11,3
Transacções Imob. a Título Oneroso	7 008	8 826	2 829	6 129	216,7	-30,6	44,4
Veículos Automóveis	4 575	4 503	3 910	4 102	104,9	-8,9	29,7

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Dezembro de 2020, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 138,2% do programado, ascendendo aos 13.817 milhares de Dobras, menos 16,7% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,0% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto sobre Transacção Imobiliária a Título Oneroso (SISA)**, que conheceu uma execução de 216,7%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, ligeira queda com a crise sanitária provocada pela Covid 19. Por último, importa referir que quanto aos impostos de **Sucessões e Doações** e **Imposto sobre Veículos Automóveis** atingiram um nível de execução correspondente a 120,6% e 104,9%, respectivamente do programado.

## ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (67,6%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 909.933 milhares de Dobras, o que representa 115,4% do programado e um acréscimo de 24,2%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O nível de execução alcançado assim como o ligeiro incremento comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

## – Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo. Entretanto no período compreendido de Outubro á Dezembro do ano de 2020, arrecadou-se nesta rubrica de receitas, 11.772 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento das taxas de reexportação de alguns bens ao exterior.

## – Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 42,4%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do quarto trimestre de 2020, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 570.877 milhares de Dobras, corresponde a 106,8% do programado, e um acréscimo de 21,1% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

**Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre Comércio Externo</b>	<b>526 867</b>	<b>319 967</b>	<b>534 430</b>	<b>582 648</b>	<b>109,0</b>	<b>82,1</b>	<b>100,0</b>
Imposto s/Exportação (Reexportação)	0	0	0	11 772	...	...	2,0
Imposto sobre Importação	526 867	319 967	534 430	570 877	106,8	78,4	98,0
Taxa	240 249	217 960	285 099	221 520	77,7	1,6	38,0
Sobre-Taxa	286 618	252 922	247 013	240 988	97,6	-4,7	41,4
Sobre-taxa Especial derivado de prod.	0	643	2 318	108 368	4675,1	16741,91	18,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 77,7% do programado, ascendendo aos 221.520 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 1,6%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 97,6% do programado, ascendendo a 240.988 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a um decréscimo de 4,7% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

## - Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 16,3% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 126,9% do programado, ascendendo aos 219.561 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 45,6%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível dos **Impostos sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 121,9%, ascendendo aos 100.259 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a mais

23,2% do que foi arrecadado no igual período de 2019. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares e o imposto sobre o consumo de Água e Energia, que sofreram uma variação negativa de Outubro à Dezembro, face ao mesmo período de 2019. Sendo a EMAE, o principal contribuinte deste imposto, esta, teve uma diminuição no consumo de serviços de terceiros, tal como no trimestre anterior. O Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares sofreu grande queda neste trimestre face ao período homólogo devido ao impacto negativo que os sectores de actividades turísticas tiveram e vêm tendo com a pandemia da Covid 19.

- ii. A boa cobrança do **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** registada no último trimestre do ano em análise que ascendeu o valor de 78.558 milhares de Dobras, atingindo desta forma 128,6% do programado e um aumento de 108,1%, face ao período homólogo de 2019.
- iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local** que até final de Dezembro registou uma taxa de execução de 137,6% relativamente ao programado e um considerável acréscimo de 28,6% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 40.744 milhares de Dobras. Este imposto foi o que menos sofreu com a crise sanitária provocada pela Covid-19.

**Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto sobre o Consumo</b>	<b>178 726</b>	<b>150 843</b>	<b>172 956</b>	<b>219 561</b>	<b>126,9</b>	<b>45,6</b>	<b>100,0</b>
de Álcool Industrial	0	1	0	0	...	-100,0	0,0
de Derivados do Petróleo	0	0	0	751	...	...	0,3
de Gases Liquefeitos	0	0	0	240	...	...	0,1
de Bebidas Alcoólicas	38 506	37 744	61 083	78 558	128,6	108,1	35,8
de Serviços de Telecomunicações	12 542	18 007	39 322	43 622	110,9	142,2	19,9
de Serviços Hoteleiros e Similares	9 683	13 736	8 232	9 715	118,0	-29,3	4,4
de Serviços de Água e Energia	12 669	12 431	10 082	9 410	93,3	-24,3	4,3
de Serviços Bancários e de Seguros	11 531	9 743	10 420	10 241	98,3	5,1	4,7
de Serviços Diversos	50 006	27 487	14 200	26 279	185,1	-4,4	12,0
de Produção Local	38 397	28 764	27 325	37 511	137,3	30,4	17,1
de Produtos Diversos	5 392	2 929	2 292	3 233	141,0	10,4	1,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

#### – Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Se a dinâmica das transacções de bens e serviços arrefece, a arrecadação deste imposto diminui. Conforme apresentado na Tabela 2, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 61.055 milhares de Dobras (representa 4,5% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 128,2% do programado e um decréscimo de 2,3% do realizado no período homólogo de 2019. O moderado acréscimo e o nível de arrecadação observado estão relacionados com desempenho das suas componentes Selo de Cheque e Selo de Assistência que representam no seu conjunto 318,8% do grupo de imposto de selo. Durante o período em análise, a Administração Fiscal notificou os vendedores de cerveja, com base nas informações obtidas através da Cervejaria Rosema para efectuarem o pagamento do imposto de selo pelas vendas efectuadas.

**Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Imposto de Selo</b>	<b>69 389</b>	<b>62 515</b>	<b>47 607</b>	<b>61 055</b>	<b>128,2</b>	<b>-2,3</b>	<b>100,0</b>
Selo de Verba	41 247	36 906	28 253	35 389	125,3	-4,1	58,0
Selo de Conhecimento e Cobrança	4 029	5 700	3 984	4 923	123,6	-13,6	8,1
Selo de Cheque	19	787	7	13	183,9	-98,4	5,7
Selo de Assistência	24 094	19 123	15 363	20 731	134,9	8,4	34,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

**– Taxas**

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 140,4% do programado, ascendendo aos 46.669 milhares de Dobras, o que reflectiu num decréscimo de 2,8% face ao arrecadado no igual período do ano 2019. O montante arrecadado representa cerca de 3,5% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

**Tabela 9: Detalhe das Taxas**

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Dez 2019	OGE - RET 2020	Jan-Dez 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
<b>Taxas</b>	<b>57 552</b>	<b>48 009</b>	<b>33 247</b>	<b>46 669</b>	<b>140,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>100,0</b>
<b>das quais</b>							
Custas e taxas	2 727	3 186	1 739	2 017	115,9	-36,7	4,3
Emolumentos Gerais aduaneiros	3 609	4 303	4 509	3 768	83,6	-12,4	8,1
Emolumento Geral de exportação	3 866	95	60	27	45,2	-71,5	0,1
Emolumento Pessoais	9 259	7 685	4 598	6 694	145,6	-12,9	14,3
Subsídio de deslocação	13 998	14 191	6 994	12 881	184,2	-9,2	27,6
Emolumento e Taxas Diversas	19 335	15 578	12 987	17 273	133,0	10,9	37,0
Emolumento Especiais - 10%	4 758	2 971	2 359	4 009	170,0	34,9	8,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

**iii. Outras Receitas Fiscais**

Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do quarto trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 183,4% do programado, atingindo os 732 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 294,9% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2019.

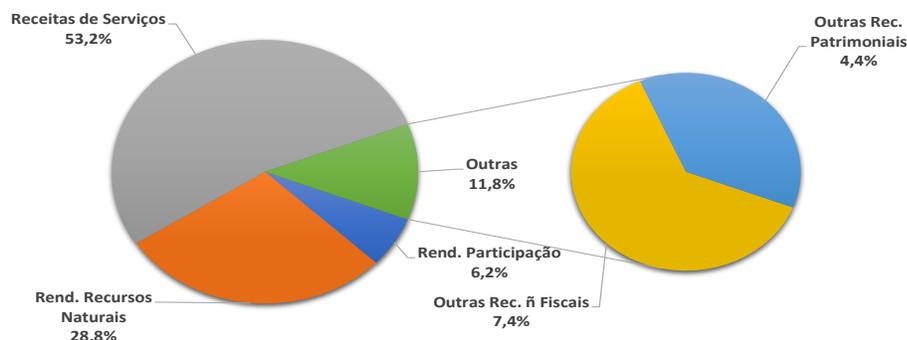
**I.1.2.2. Receitas não Fiscais**

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Dezembro do ano em análise, uma taxa de realização de 149,3% do programado, ascendendo aos 250.036 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um decréscimo de 18,8% face ao igual período de 2019, representando desta forma, 15,7% das

receitas correntes realizadas. O moderado acréscimo verificado deve-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Recursos Naturais, inclui (o rendimento do petróleo e o rendimento de pescas), outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); bem como as Receitas de Serviços, tendo atingido 217,0% , 87,9% e 128,8%, respectivamente do programado para o ano.

**Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais**

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

#### i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 160,6% do estimado para o ano, ascendendo aos 98.523 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 11,3% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (111.067 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deve-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução muito inferior ao período homólogo, como abaixo se discrimina:

##### – Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 15.563 milhares de Dobras, representando 99,3% do programado para o ano e um decréscimo de 8,9% em relação ao igual período do ano precedente. Entretanto, salienta-se que do montante de 15.563 milhares de Dobras, contou-se com a participação do Estado nos rendimentos do Banco Central e do BISTP, nos valores de 2.095 milhares de Dobras e 13.468 milhares de Dobras respectivamente.

##### – Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 217,0% do programado, ascendendo aos 71.944 milhares de Dobras (representa 28,8% das receitas não fiscais, cf. Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 8,0%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2019.

## – Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do quarto trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 11.016 milhares de Dobras, cerca de 87,9% do programado e uma diminuição de 30,2% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

### ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, durante o quarto trimestre de 2020, arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 133.099 milhares de Dobras. Estas receitas representam 53,2% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4, e, obteve o nível de execução de 128,8% do programado, representando desta forma a um decréscimo de 29,3% face ao arrecadado no período homólogo de 2019.

### iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 673,5% do programado, atingindo os 18.414 milhares de Dobras, mais 108,0%, face ao registado no igual período de 2019, representando cerca de 7,4% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

## I.1.3. Donativos

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe se atravessam, provocada sobretudo pela pandemia da COVID-19, constatou-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo dos Donativos.

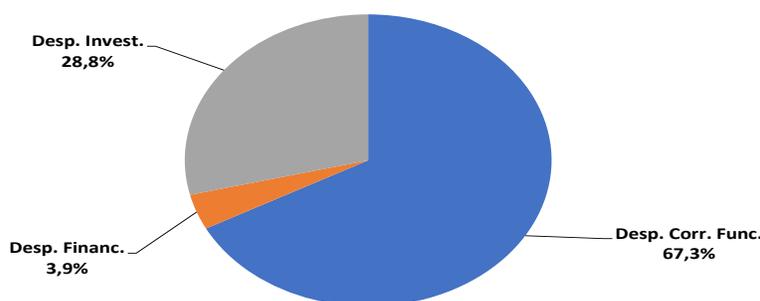
De acordo com dados observados através da Tabela 2, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, até o período em análise ascenderam 1.071.363 milhares de Dobras, constituídos pelos donativos para financiamento do orçamento no montante de 703.338 milhares de Dobras, os donativos para projectos no montante de 326.652 milhares de Dobras e, o valor de 41.373 milhares de Dobras do fundo HIPC.

É de referir que o total dos donativos até final do período em análise, representa 75,3% do programado e um acréscimo de 77,2%, face ao arrecadado no igual período de 2019, correspondendo desta forma a cerca de 33,1% das receitas totais, (cf. Gráfico 1).

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro à Dezembro de 2020, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 94,4% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 3.168.284 milhares de Dobras, e mais 36,4% do executado no igual período de 2019, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (67,3%, cf. Gráfico 5). Embora o crescimento verificado, o nível moderado do desempenho alcançado, deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos internos reflectidos na componente recursos próprios e HIPC, bem como os externos, na vertente donativos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

**Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

### I.1.1. Despesas Efectivas

Relativamente a categoria das Despesas Efectivas, que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do trimestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 3.043.464 milhares de Dobras, cerca de 98,8% do inicialmente previsto e um acréscimo de 38,0% do executado no período homólogo de 2019. Apesar do crescimento verificado, constata-se que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos internos e externos.

## I.1.2. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 100,7%, tendo ascendido a 1.889.128 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 20,5% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 21,1% do PIB estimado para o ano.

O alto nível de execução, bem como o acréscimo verificado deve-se por um lado ao pagamento regular das despesas correntes sobretudo as despesas com pessoal, subsídios e transferências correntes, outras despesas correntes bem como as do exercício findo, evitando deste modo a acumulação dos atrasados; e, por outro lado ao pagamento de despesas adicionais no âmbito do programa de combate a Pandemia da COVID-19.

**Tabela 10: Despesas Totais Executadas**

(em milhares de Dobras)

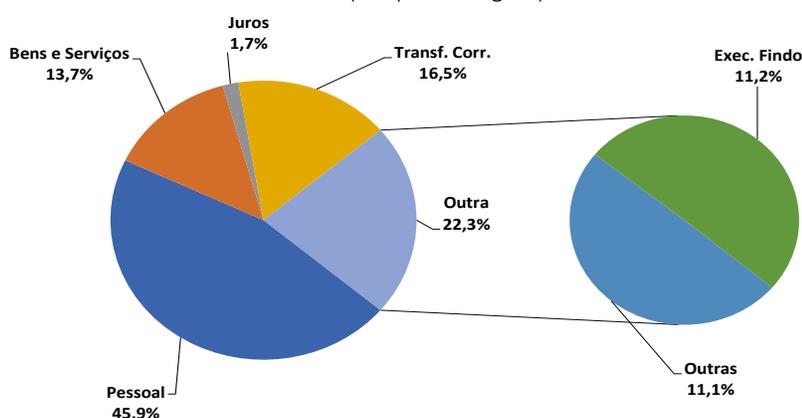
Despesas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Dez. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 345 339	3 160 269	2 322 493	3 184 507	3 168 284	99,5	36,4	35,5
Despesas efectivas	2 258 941	3 006 008	2 206 149	3 079 654	3 043 464	98,8	38,0	34,1
Despesas primárias	1 424 167	1 494 328	1 568 367	1 876 684	1 889 128	100,7	20,5	21,1
Despesas correntes	1 473 182	1 539 273	1 742 778	1 896 549	2 131 040	112,4	22,3	23,9
Despesas com pessoal	795 975	809 224	847 549	980 529	978 085	99,8	15,4	10,9
Bens e serviços	259 716	244 040	235 013	321 427	291 076	90,6	23,9	3,3
Juros da dívida	34 242	62 825	65 520	42 285	35 332	83,6	-46,1	0,4
Subsídios e transf. correntes	272 723	321 962	268 153	326 356	351 366	107,7	31,0	3,9
Outras despesas correntes	70 505	77 541	199 385	202 225	235 910	116,7	18,3	2,6
Exercício findo	40 021	23 681	127 157	23 726	239 272	1008,5	88,2	2,7
Investimento públicos	785 759	1 466 735	463 371	1 183 105	912 424	77,1	96,9	10,2
Recursos internos	25 248	41 561	18 267	46 147	32 692	70,8	79,0	0,4
Recursos próprios	13 428	21 845	8 773	27 731	19 538	70,5	122,7	0,2
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	...	...	0,0
HIPC	11 820	19 716	9 494	18 416	13 154	71,4	38,6	0,1
Recursos externos	760 512	1 425 174	445 104	1 136 958	879 732	77,4	97,6	9,8
Donativos	643 653	1 307 975	348 710	951 500	753 907	79,2	116,2	8,4
Empréstimos	116 859	117 199	96 394	185 458	125 825	67,8	30,5	1,4
Despesas Financeiras	86 397	154 261	116 344	104 853	124 820	119,0	7,3	1,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

### I.1.3. Despesas de Funcionamento

Fazendo menção as despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 67,3% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

**Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento**  
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

Dada a avaliação feita dos dados até o quarto trimestre do ano 2020, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 2.131.040 milhares de Dobras, o que corresponde a 112,4% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva em termos nominais de 22,3%, representando 23,9% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução verificado deve-se sobretudo ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria, como abaixo se discrimina:

#### – Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 45,9% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, mais de 72,7% das receitas fiscais realizadas e cerca de 10,9% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo.

Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 978.085 milhares de Dobras, representando 99,8% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 15,4%, justificados pelo pagamento de retroactivos relativos a promoções, das forças militares e paramilitares, a incorporação no SAFE-e de salários dos Institutos de Habitação Imobiliária e Marítimo e Portuário bem como o pagamento de gratificações adicionais ao Pessoal Técnico da Saúde, do Serviço de

Protecção Civil e Bombeiros e demais serviços, no âmbito do Programa de Prevenção e Combate a pandemia da COVID-19. De ressaltar, que do total executado, destacam-se as rubricas vencimentos e salários e outras despesas com pessoal que representam a totalidade (100,1% e 100,0%) da execução, respectivamente do valor programado para o ano.

#### – **Despesas com Bens e Serviços**

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 13,7% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações da Tabela 10, observa-se que até o quarto trimestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 90,6% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 291.076 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento de 23,9%, face ao executado no mesmo período do ano transacto.

Importa salientar que o acréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pela execução de despesas adicionais no âmbito do programa de combate a Pandemia da Covid-19, como acima mencionado no capítulo da Avaliação Global, verificando-se um alto desempenho em todas as rubricas que compõem esta categoria de despesas a representar; Bens não duradouros, Aquisição de serviços e Outras aquisições de serviços, correspondendo desta forma a 77,7%, 97,2% e 53,0%, respectivamente do programado para o ano.

#### – **Juros da Dívida**

As despesas com juros tiveram uma realização de 35.332 milhares de Dobras, ficando nos 83,6% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 46,1% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 10), tendo uma participação de 1,7% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

#### – **Subsídios e Transferências Correntes**

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 16,5% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 10, observa-se que até o final do ano em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 351.366 milhares de Dobras, o que corresponde a 107,7% do inicialmente aprovado e um acréscimo de 31,0% do executado no igual período do ano 2019.

Contribuíram para o valor efectuado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para a transferência corrente para Institutos Públicos, para Região Autónoma do Príncipe (RAP), para as Câmaras Distritais, para as Famílias e para Serviços Autónomos, tendo registado no seu conjunto 93,8% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, apenas as transferências para Institutos Públicos, os valores executados ficaram abaixo do executado no período homólogo do ano transacto.

#### – **Outras Despesas Correntes**

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 10, mostram que até o final de Dezembro de 2020, as mesmas tiveram uma execução de 235.910 milhares de Dobras, estando a 116,7% do inicialmente aprovado, representando 11,1% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 18,3%.

O elevado nível de execução deve-se a performance da rubrica “Outras (incluindo junta médica) ” com 69,9% do programado e Despesas Consignadas que também ficou a 165,1% do inicialmente aprovado, devido a incorporação de despesas consignadas dos serviços junto aos bancos comerciais e que não passam pela CUT, que até o final do período em análise, nesta rubrica de despesas, executou-se 159.885 milhares de Dobras (conforme abordagem efectuada no capítulo da apreciação global).

#### – **Despesas Correntes do Exercício Findo**

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do ano em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 239.272 milhares de Dobras, correspondente a 1008,5% do previsto e mais 88,2% do executado no igual período do ano antecedente. O aumento verificado nesta categoria de despesas, deveu-se sobretudo ao pagamento dos atrasados de consumo de Água e Energia e Comunicações dos anos anteriores.

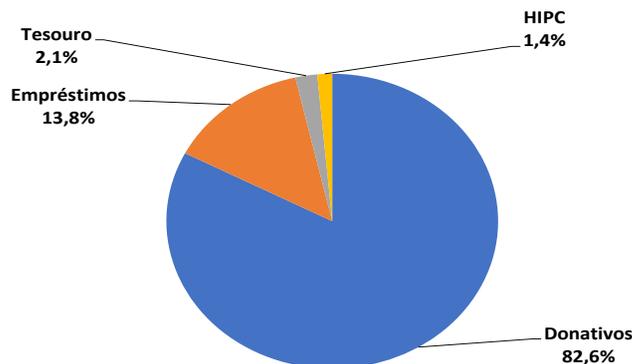
#### **I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)**

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 912.424 milhares de Dobras, (cerca de 28,8% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 77,1% do inicialmente aprovado e registando uma variação homóloga no igual período do ano 2019 de 96,9%.

### Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O moderado nível de execução bem como o crescimento observado face ao igual período de 2019, deve-se por um lado, a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e por outro, dos recursos externos (donativos e créditos), que da parte do donativo é justificado pelo facto de uma parte das informações de execução dos projectos financiados por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis para efeito de consolidação.

#### – Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos

No âmbito das despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 10, as mesmas foram programadas no montante de 46.147 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, até o final do ano em análise registou-se uma execução de 32.692 milhares de Dobras correspondendo a 70,8% do orçamentado.

Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 3,6% do PIP executado. O nível de execução aquém do esperado para o período em análise, é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 70,5% do programado, ascendendo a 19.538 milhares de Dobras (corresponde a 2,1% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 71,4% do programado, ascendendo a 13.154 milhares de Dobras (cerca de 1,4% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

#### – Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro à Dezembro de 2020, em análise, verifica-se uma execução que

ascendeu a 879.732 milhares de Dobras, correspondendo a 77,4% do programado, o que representa cerca de 96,4% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do ano anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um acréscimo de 97,6%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado, 82,6% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 753.907 milhares de Dobras equivalente a 79,2% do aprovado e um acréscimo de 116,2% do executado no mesmo período do ano transacto, e recursos financiados com créditos a taxa de execução foi de 67,8% (125.825 milhares de Dobras), o correspondente a um acréscimo de 30,5% face ao ano anterior, tendo uma representatividade de 13,8% do total do PIP realizado.

### I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através da Tabela 10, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 124.820 milhares de Dobras, cerca de 119,0% do programado e mais 7,3% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 3,9% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Entretanto, ao procedermos a análise da Tabela 11, observa-se que até Dezembro do ano findo, que o estoque da dívida pública situou-se nos 403,0 milhões de Dólares Americanos, um acréscimo de 4,0% do que se verificou até o final de 2019, correspondendo a 94,7% do PIB, sendo que do montante apurado USD 166,5 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando a Tabela 11, nota -se que em termos de estrutura, 73,9% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, enquanto as internas representam 26,1%.

No âmbito da dívida externa, 25,8% referem-se a dívida multilateral e 74,2% a bilateral, sendo no circuito desta as mais proeminentes são as dívidas com Portugal (27,7%) e Angola (nova dívida) 18,9%. Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 105,1 milhões, sendo que USD 13,4 milhões (cerca de 12,7% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores, USD 26,2 milhões (24,9% do total da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro e novos atrasados internos com USD 65,5 milhões (cerca de 62,3% na estrutura do total da dívida interna).

**Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Dezembro de 2020**  
(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Até Dezembro de 2020		
								Total	Sem Atrasados	Atrasados
<b>DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC) = I+II</b>	<b>232,4</b>	<b>244,2</b>	<b>274,3</b>	<b>278,9</b>	<b>292,0</b>	<b>296,0</b>	<b>387,6</b>	<b>403,0</b>	<b>236,5</b>	<b>166,5</b>
<b>I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)</b>	<b>215,5</b>	<b>230,6</b>	<b>261,6</b>	<b>266,7</b>	<b>261,4</b>	<b>264,0</b>	<b>269,9</b>	<b>297,9</b>	<b>196,9</b>	<b>101,0</b>
<b>A. Multilateral</b>	<b>43,7</b>	<b>41,5</b>	<b>42,4</b>	<b>40,3</b>	<b>44,5</b>	<b>49,5</b>	<b>54,5</b>	<b>76,9</b>	<b>76,9</b>	<b>0,0</b>
BAD/FAD	5,5	5,3	5,2	4,4	6,9	11,8	15,4	18,7	18,7	0,0
IDA	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9	11,8	11,6	11,5	11,5	0,0
FIDA	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8	5,4	5,0	5,2	5,2	0,0
OPEP	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0	1,7	1,4	3,5	3,5	0,0
BEI	0,6	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,8	7,1	9,4	10,4	12,0	12,0	11,8	12,4	12,4	0,0
FMI	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9	6,9	9,0	25,5	25,5	0,0
KUWAIT FUND <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,2	0,0
<b>B. Bilateral</b>	<b>171,8</b>	<b>189,1</b>	<b>219,2</b>	<b>226,4</b>	<b>216,9</b>	<b>214,5</b>	<b>215,4</b>	<b>221,0</b>	<b>120,0</b>	<b>101,0</b>
<b>Clube de Paris</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,0</b>
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
ESPAÑA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Não Clube de Paris</b>	<b>170,8</b>	<b>188,0</b>	<b>218,4</b>	<b>225,6</b>	<b>216,0</b>	<b>213,6</b>	<b>214,6</b>	<b>220,2</b>	<b>119,2</b>	<b>101,0</b>
PORTUGAL	47,3	47,3	54,5	57,2	59,6	57,2	55,9	61,2	61,2	0,0
ANGOLA(atrasada)	22,0	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	36,0	36,0	0,0	36,0
ANGOLA	10,0	10,0	10,0	10,0	10,9	10,9	11,1	11,0	8,0	3,0
ANGOLA(nova dívida)	0,0	17,0	31,0	35,5	40,0	40,0	41,8	41,7	40,0	1,7
ARGELIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA POPULAR	18,6	18,8	18,4	18,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGUSLAVIA	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Div. Comercial</b>	<b>24,3</b>	<b>24,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>34,3</b>	<b>10,0</b>	<b>24,3</b>
ITALIA	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3
CHINA	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0
<b>Div. Curto Prazo</b>	<b>39,8</b>	<b>39,8</b>	<b>39,4</b>	<b>39,4</b>	<b>40,7</b>	<b>40,7</b>	<b>35,9</b>	<b>36,0</b>	<b>0,0</b>	<b>36,0</b>
NIGERIA	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0	4,3
ANGOLA(atrasada) <sup>6</sup>	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7
<b>II. DÍVIDA INTERNA (C+D)</b>	<b>16,9</b>	<b>13,6</b>	<b>12,7</b>	<b>12,2</b>	<b>30,6</b>	<b>32,0</b>	<b>117,7</b>	<b>105,1</b>	<b>39,6</b>	<b>65,5</b>
<b>Dívida com Fornecedores</b>	<b>16,9</b>	<b>13,6</b>	<b>12,7</b>	<b>12,2</b>	<b>13,6</b>	<b>12,5</b>	<b>13,1</b>	<b>13,4</b>	<b>13,4</b>	<b>0,0</b>
MSF	6,4	5,4	4,9	4,7	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	0,0
HIDROELECTRICA	2,7	2,5	2,3	2,2	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	0,0
SYNERGIES	3,6	4,5	4,5	4,4	5,0	4,3	4,6	4,6	4,6	0,0
OUTROS	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
ATRAS. INTERNOS	4,0	1,0	0,8	0,7	0,8	0,8	1,5	1,7	1,7	0,0
<b>Novos Atrasados Internos<sup>5</sup></b>							<b>75,2</b>	<b>65,5</b>	<b>0,0</b>	<b>65,5</b>
ESTADO/EMAE	-	-	-	-	-	-	5,0	3,5	0,0	3,5
ESTADO/CST	-	-	-	-	-	-	6,6	6,1	0,0	6,1
ESTADO/EMPRESAS	-	-	-	-	-	-	10,2	7,0	0,0	7,0
OUTROS	-	-	-	-	-	-	11,8	10,8	0,0	10,8
ENCARGOS SALARIAIS	-	-	-	-	-	-	6,1	4,6	0,0	4,6
DIFERENCIAL de preço Combustível	-	-	-	-	-	-	34,1	31,8	0,0	31,8
Edifício de S.Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	0,6	0,8	0,0	0,8
Edifício do Tribunal de Contas	-	-	-	-	-	-	0,8	0,8	0,0	0,8
<b>D. Títulos de TESOURO</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>17,0</b>	<b>19,5</b>	<b>29,4</b>	<b>26,2</b>	<b>26,2</b>	<b>0,0</b>
<b>TESOURO - Bilhetes de Tesouro (BT's) de 1 ano</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>17,0</b>	<b>19,5</b>	<b>29,4</b>	<b>26,2</b>	<b>26,2</b>	<b>0,0</b>
Afriland First Bank	-	-	-	-	0,8	0,3	0,0	0,2	0,2	0,0
BISTP	-	-	-	-	10,5	13,7	25,5	18,7	18,7	0,0
BGFI	-	-	-	-	2,9	3,2	1,4	0,9	0,9	0,0
Ecobank STP	-	-	-	-	2,8	2,3	1,6	5,7	5,7	0,0
<b>Encargos com a emissão dos BT's</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,9</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,0</b>
<b>III. PASSIVOS CONTINGENTES (E+F)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>113,1</b>	<b>165,7</b>	<b>7,7</b>	<b>158,0</b>

Fonte: GDP/DT- MPFEA

## I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

### I.1.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Em conformidade com o apresentado na Tabela 12, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 535.283 milhares de Dobras, contra o défice de 274.473 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2019, o que corresponde a um agravamento de 260.810 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

**Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Dezembro de 2020**

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2018	OGE 2019	Jan - Dez. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	- 107 876	- 207 372	- 274 473	-576 679	- 535 283	92,8	95,0	-6,0
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	- 319 894	- 236 011	- 344 280	-581 778	- 674 645	116,0	96,0	-7,6
Saldo Primário Doméstico	- 270 880	- 191 067	- 169 869	-561 914	- 432 734	77,0	154,7	-4,8
Saldo Global	- 62 219	- 200 074	- 222 034	-441 568	- 371 667	84,2	67,4	-4,2

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada.

Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Dezembro de 2020, registou um saldo primário base compromisso deficitário de 432.734 milhares de Dobras, contra 169.869 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2019 (cf. Tabela 12). Este nível de défice equivale a 4,8% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente programado para o presente exercício económico é de 6,3% do PIB, no OGE 2020 Rectificativo.

### I.1.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 12, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2020, um saldo global base caixa negativo de 371.667 milhares de Dobras, contra os 222.034 milhares de Dobras negativo, registados no igual período de 2019.

## I.1.7. Financiamento do Déficit Global

### I.1.7.1. Financiamento Interno

Até o final do quarto trimestre de 2020, apurou-se um saldo global de 371.667 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 84,2% em relação a programação para o ano, e um aumento de 67,4% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do déficit global registado, deve-se ao modesto nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno.

Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de recursos próprios, em termos líquidos de 171.359 milhares de Dobras, para cobrir o BT que ia vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se que também como financiamento interno foram utilizados 84.046 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

**Tabela 13: Resumo do Financiamento do Déficit Global**

(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2018	OGE 2019	Jan - Dez. 2019	OGE - RET 2020	Jan - Dez. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
<b>FINANCIAMENTO</b>	62 219	200 074	222 034	441 568	371 667	84,2	67,4	4,2
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	45 362	82 875	88 500	85 546	84 363	98,6	-4,7	0,9
<i>Receitas de Alienação</i>	116	2 008	2 507	1 500	317	21,1	-87,4	0,0
<i>Transferências CNP</i>	45 246	80 867	85 993	84 046	84 046	100,0	-2,3	0,9
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	132 849	117 199	142 290	356 022	486 010	136,5	241,6	5,4
<i>Desembolsos para Projectos</i>	132 849	117 199	142 290	356 022	486 010	136,5	241,6	5,4
Mov. Contas do Tesouro	104 317	-	- 215 766	-	- 124 011	...	-42,5	-1,4
BCSTP Líquido	40 584	-	218 953	-	- 171 359	...	-178,3	-1,9
Contas de Regularização	- 14 995	-	-	-	-	...	...	0,0
NOA OFFSHORE	-212 019	-	- 69 807	-	- 30 994	...	-55,6	-0,3
Discrepância Financeira (Saldo a tr -	33 881	-	57 864	-	127 659	...	120,6	1,4

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

### I.1.7.2. Financiamento Externo

No decorrer dos primeiros 12 meses de 2020, o Financiamento Externo, teve uma execução de 486.010 milhares de Dobras, equivalente a 136,5% do programado e um acréscimo de 241,6% do que foi registado no igual período de 2019, proveniente de desembolsos para projectos do FMI – ECF\_2019, créditos (necessariamente concessionais, conforme acordado no programa de ajustamento mantido com os parceiros de Bretton Woods) para financiamento de despesas de investimentos inscritas no PIP.



## PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### II.1. Análise da Execução Orçamental

#### II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os efeitos da execução orçamental das despesas por classificação orgânica até o quarto trimestre de 2020, conforme apresentado na Tabela 14, reflectem um nível de execução alto do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 150,7% da dotação final, correspondente a 89.900 milhares de Dobras, a seguir Encargos Gerais de Estado (EGE), com 110,6% da dotação final, correspondente a 667.615 milhares de Dobras, seguidamente o Tribunal Judicial (TJ) com 99,8% da dotação final, correspondente a 32.709 milhares de Dobras, depois o Tribunal Constitucional (TCO), com 99,1% da dotação final, correspondente a 7.049 milhares de Dobras, seguido da Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), com 99,0% da dotação final, o correspondente a 7.976 milhares de Dobras, posteriormente a Presidência da República (PR), que apresentou um registo de 97,0% da dotação corrigida, correspondente a 15.839 milhares de Dobras, depois a Câmara Distrital de Caué (CDC), com 95,6% da dotação final, correspondente a 7.147 milhares de Dobras, dando continuidade a Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), com 94,2% da dotação final, correspondente a 11.439 milhares de Dobras, seguidamente a Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), com 93,6% da dotação inicial, correspondente a 21.834 milhares de Dobras, e por último, o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 93,2% da dotação final, correspondente a 285.643 milhares de Dobras.

Entretanto, para o baixo nível de execução apresentado, este deve-se por um lado, a contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público, e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que são disponibilizados muito tardiamente.

**Tabela 14: Execução por Classificação Orgânica**

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
A N	130 877	79 869	66 375	65 875	65 875	82,5	2,1
TC	38 789	29 501	23 564	23 564	23 564	79,9	0,7
TCO	5 200	7 113	7 049	7 049	7 049	99,1	0,2
TJ	43 778	32 778	32 778	32 709	32 709	99,8	1,0
PR	14 667	16 337	15 909	15 839	15 822	97,0	0,5
GPM	58 678	47 495	38 111	38 111	35 047	80,2	1,2
PGR	25 095	20 591	18 111	18 111	17 312	88,0	0,6
MDOI	222 215	306 494	285 643	285 643	269 959	93,2	9,0
MNEC	157 461	105 217	72 578	72 578	71 556	69,0	2,3
MJAPDH	60 951	59 668	89 900	89 900	87 123	150,7	2,8
MTSFFP	60 609	162 425	55 401	55 400	53 251	34,1	1,7
MPFEA	177 991	194 789	131 990	131 959	123 465	67,7	4,2
MTCCI	39 815	27 447	21 761	21 760	18 902	79,3	0,7
MEES	538 929	626 607	522 199	522 197	509 882	83,3	16,5
MOPIRNA	533 152	550 407	455 529	455 526	451 517	82,8	14,4
MS	401 337	472 319	363 887	363 807	351 086	77,0	11,5
MJDE	61 730	50 434	24 397	24 397	23 562	48,4	0,8
MAPDR	188 706	125 440	111 431	111 424	107 720	88,8	3,5
GRP	122 175	143 927	96 865	96 865	96 851	67,3	3,1
CDAG	16 123	23 336	21 834	21 834	21 584	93,6	0,7
CDCG	8 325	12 394	8 334	8 334	8 334	67,2	0,3
CDCAUE	6 375	7 475	7 147	7 147	7 147	95,6	0,2
CDLMB	7 933	8 059	7 976	7 976	7 976	99,0	0,3
CDLOBTA	11 620	12 145	11 439	11 439	11 439	94,2	0,4
MDMZ	11 519	13 169	11 225	11 225	11 225	85,2	0,4
EGE	487 815	603 839	668 092	667 615	645 976	110,6	21,1
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 739 275</b>	<b>3 169 525</b>	<b>3 168 284</b>	<b>3 075 933</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, na estrutura das despesas totais (3.168.284 milhares de Dobras), verifica-se que 72,5% do executado encontra-se concentrado em cinco órgãos, nomeadamente:

- O EGE com 21,1%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2313 - Transferência à Câmara de Comércio”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 – Amortização da Dívida Pública” e “2524 - Exercícios Findos”;
- MEES (16,5%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1058 - Restauração de Móveis Escolares”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “3840 – Bolsas externa (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6155 - Despesas Com Serviços de Segurança”, “6587 – Funcionamento da faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “5768 – Construção do Liceu”, “6460 –

Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas)” e “6615 - Escola Comunitária”;

- No MOPIRNA com 14,4%, devido a execução das actividades “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “3129 – Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5811 – Plano Nacional de Ordenamento de Território”, “5974 – Construção de Estrada Penha -Lixeira /Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6603 - Central de Emergência Sto Amaro”;
- No MS com 11,5%, devido a execução das acções “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”, “6057 - Projecto Reforço do Sistema da Saúde STP” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, e por último;
- O MDOI com 9,0%, devido a execução das actividades “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “1048 - Formação de Oficiais e Sargentos de Quadro Permanente” e “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”.

### II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto, a análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao período compreendido de Janeiro à Dezembro de 2020, conforme apresentado na Tabela 15, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se as execuções ocorridas em Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 1.113.454 milhares de Dobras, correspondendo a 98,8% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 516.377 milhares de Dobras, o que corresponde a 83,7% da sua dotação final, na área de Saúde com nível de realização de 79,9% da dotação corrigida, ascendendo a 364.948 milhares de Dobras, Defesa Nacional com o nível de execução de 90,9% da dotação corrigida, ascendendo a 253.255 milhares de Dobras, para os Encargos Financeiros o montante ascendeu a 186.297 milhares de Dobras, correspondendo a 94,1% da dotação corrigida, a função Combustíveis e Energia, com execução de 180.356 milhares de Dobras, o que corresponde a 93,8% da sua dotação final, em seguida a função

Transportes e Comunicações com um nível de realização de 65,2% da dotação corrigida, equivalendo a 163.655 milhares de Dobras, depois a função Segurança e Assistência Social, onde a execução foi de 156.095 milhares de Dobras, o que corresponde a 57,1% da sua dotação final, e finalmente Agricultura e Pesca, onde o montante da execução foi de 106.406 milhares de Dobras, que corresponde a 86,5% da sua dotação final. Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que duas (2) funções apresentaram um nível de execução mais baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, em destaque Ambiente (25,4%) e Cultura e Desporto (47,8%).

**Tabela 15: Execução por Classificação Funcional**

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	1 127 317	1 114 607	1 113 454	1 052 496	98,8	35,1
Defesa Nacional	195 473	278 715	253 255	253 255	253 250	90,9	8,0
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	30 857	17 771	17 771	17 767	57,6	0,6
Educação	530 959	616 828	516 378	516 377	504 063	83,7	16,3
Saúde	378 379	456 607	365 023	364 948	352 226	79,9	11,5
Segurança e Assistência Social	74 467	273 555	156 095	156 095	151 542	57,1	4,9
Habituação e Serviços Comunitários	49 807	85 809	71 771	71 771	71 771	83,6	2,3
Cultura e Desporto	64 757	50 809	24 281	24 281	23 445	47,8	0,8
Combustíveis e Energia	119 422	192 262	180 356	180 356	180 356	93,8	5,7
Agricultura e Pesca	183 497	123 028	106 413	106 406	106 406	86,5	3,4
Indústria e Mineração	-	39	-	-	-	0,0	0,0
Transportes e Comunicações	367 653	250 857	163 655	163 655	162 944	65,2	5,2
Comércio e Serviços	809	4 809	8 819	8 819	8 819	183,4	0,3
Trabalho	3 058	1 514	4 286	4 281	4 281	282,7	0,1
Ambiente	3 212	2 048	519	519	519	25,4	0,0
Outros Serviços Económicos	-	46 200	-	-	-	0,0	0,0
Encargos Financeiros	218 869	198 022	186 297	186 297	186 047	94,1	5,9
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 739 275</b>	<b>3 169 525</b>	<b>3 168 284</b>	<b>3 075 933</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPF EA

Focalizando na estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração nos Serviços Públicos Gerais (35,1%) devido sobretudo a execução das acções como "1001 – Despesas com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2313 - Transferência à Câmara de Comércio", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE", "2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento", "2424 – Pagamento da Dívida Pública", "3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso", "3178 -Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "2162 – Conclusão de Obras de Construção de Quiosques no Mercado Novo", "2524 - Exercícios Findos", "4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório", "5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público" e "5813 - SPAUT - Sistema de Pagamento Electrónico".

Na Educação (16,3%) foi principalmente pela execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1058 - Restauração de Móveis Escolares”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3840 – Bolsas de Estudo Externa (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “5768 – Construção de Liceu”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas)” e “6615 - Escola Comunitária”.

Na função Saúde (11,5%) pela execução, sobretudo das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”, “6057 - Projecto Reforço do Sistema da Saúde STP” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”.

Na Defesa Nacional (8,0%) pela execução, principalmente das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade” e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, e por último, Encargos Financeiros (5,9%) pela execução das acções “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “2403 - Transferência de Capital para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá” e “5647 - Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá.

### II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Tabela 16), observa-se que, uma localização (Cantagalo) apresentou uma taxa de execução alta de 130,5% da dotação corrigida, ascendendo a 56.832 milhares de Dobras, e sete (7) delas apresentaram níveis de execução moderado, como são os casos de Lobata, cujo nível de execução ficou a 89,5% da dotação corrigida, ascendendo a 48.049 milhares de Dobras; S.Tomé em que o montante executado foi de 123.676 milhares de Dobras, o que representa 87,7% da sua dotação final; a Nacional com montante executado de 2.664.738 milhares de Dobras, o que corresponde a 86,1% da sua dotação final; seguido do Príncipe, cujo montante executado ascendeu a 98.384 milhares de Dobras, correspondente a 65,6% da dotação corrigida; depois Água–Grande onde a execução foi de 50.996 milhares de Dobras, o equivalente a 65,1% da sua dotação corrigida; em Lembá, onde o nível de execução ficou a 58,4% da dotação corrigida, ascendendo a 10.446 milhares de Dobras, e por último, Caué com uma execução de 8.386 milhares de Dobras, correspondente a 55,1% da dotação corrigida. Também foi observado que a localização Mé – Zochi com nível de execução mais baixo, com montante de 14.688 milhares de Dobras, o correspondente a 40,1% da dotação corrigida.

**Tabela 16: Execução por Localização Geográfica**

(em milhares de Dobras)

<b>Localização Geográfica</b>	<b>Inicial</b>	<b>Corrigida</b>	<b>Cabimentada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>% Exc.</b>	<b>% Estr</b>
Nacional	2 977 701	3 202 903	2 757 627	2 756 826	2 664 738	86,1	87,0
São Tomé	64 334	141 059	123 676	123 676	123 676	87,7	3,9
Príncipe	127 363	150 010	98 384	98 384	98 370	65,6	3,1
Água Grande	106 329	78 312	51 435	50 996	50 746	65,1	1,6
Me-Zochi	35 727	36 620	14 688	14 688	14 688	40,1	0,5
Cantagalo	45 975	43 557	56 832	56 832	56 832	130,5	1,8
Lembá	23 378	17 888	10 446	10 446	10 446	58,4	0,3
Lobata	35 870	53 709	48 049	48 049	48 049	89,5	1,5
Caué	15 187	15 217	8 386	8 386	8 386	55,1	0,3
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 739 275</b>	<b>3 169 525</b>	<b>3 168 284</b>	<b>3 075 933</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Tabela 16), constata-se que 98,9% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, S.Tomé, Príncipe, Cantagalo, Água – Grande e Lobata.

Entretanto, a localização Nacional por si só representa 87,0% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1058 – Restauração de Móveis Escolares”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2313 - Transferência à Câmara de Comércio”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 – Bolsas de Estudo externa para Licenciaturas, Mestrados e Doutoramento”, “5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “2162 – Conclusão das Obras de Quiosques no Novo Mercado”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “2799 – Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “4013 - Obra de Requalificação do Estádio 12 de Julho”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”, “5813 - SPAUT - Sistema de Pagamento Electrónico”, “5974 - Construção de Estrada Penha - Lixeira/Água Porca”, “6057 -

Projecto Reforço do Sistema da Saúde STP”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 – Requalificação do Arruamento da Cidade Capital e Arredores incluindo Drenagem”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas) ”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6550 - Participação de STP nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020”, “6608 – Plano de Contingência de Saúde” e “6615 - Escola Comunitária”.

Ao nível de S.Tomé, esta representa 3,9% na estrutura das despesas executadas, tendo sido impulsionado pela execução das acções “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge” e “6603 - Central de Emergência Sto Amaro”. Ao nível estrutural a localização Príncipe, representa 3,1% das despesas executadas, devido a execução das acções “2402 - Transferência corrente para RAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “2403 - Transferência de Capital para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3159 – Abastecimento de Água Potável às Populações” e “4919 – Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”.

Quanto ao nível do Cantagalo a execução corresponde a 1,8% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo” e “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas. Água Santana e Arredores”. No que toca a localização Água – Grande, a contribuição na execução foi de 1,6% na estrutura das despesas executadas, devendo essencialmente pela execução das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó” e “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”.

Relativamente a localização Lobata, a execução corresponde a 1,5% do total executado, onde a contribuição observada deveu fundamentalmente pela execução das acções “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “5531 – Reparação do Lote/Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 – Construção do Liceu” e “5976 – Reabilitação do troço de estrada Guadalupe - Morro Peixe”.

#### II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que se refere à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado na Tabela 17, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 101,6% da dotação corrigida, ascendendo aos 2.287.052 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um bom desempenho para o período em análise, com uma realização de 100,6%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 2.113.968 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 159.968 milhares de Dobras (125,4% da dotação corrigida) e por último a componente HIPC com uma execução de 13.154 milhares de Dobras,

representando deste modo 61,2% da dotação final. Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 59,2% da dotação corrigida, ascendendo aos 881.232 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 58,2% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 755.407 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso, e por outro lado, a componente Empréstimo com uma realização de 66,1% da dotação corrigida, equivalendo ao montante de 125.825 milhares de Dobras.

**Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos**

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 950 741</b>	<b>2 250 716</b>	<b>2 288 292</b>	<b>2 287 052</b>	<b>2 194 950</b>	<b>101,6</b>	<b>72,2</b>
Tesouro	1 827 732	2 101 681	2 114 692	2 113 930	2 021 830	100,6	92,4
Consignados	99 793	127 530	160 006	159 968	159 967	125,4	7,0
HIPC	23 216	21 505	13 593	13 154	13 154	61,2	0,6
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 481 124</b>	<b>1 488 559</b>	<b>881 233</b>	<b>881 232</b>	<b>880 982</b>	<b>59,2</b>	<b>27,8</b>
Donativo	1 373 726	1 298 111	755 409	755 407	755 157	58,2	85,7
Empréstimo	107 398	190 448	125 825	125 825	125 825	66,1	4,0
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 739 275</b>	<b>3 169 525</b>	<b>3 168 284</b>	<b>3 075 933</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Examinando a Tabela 17, observa-se que 72,2% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 92,4% de contribuição, destacando-se a execução das acções “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 -Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1058 – Restauração de Móveis Escolares”, “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2313 - Transferência à Câmara de Comércio”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2421 - Comité Inter-Sectorial de Reformas Económicas – CISRE”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 – Bolsas de Estudo Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6589 - Funcionamento do instituto Superior de Ciências de Saúde”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2456 - Amortização da Dívida Pública”, “2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro” e “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 27,8% das despesas executadas com esses recursos, verifica-se que a componente Donativo abarcou grande parte das despesas a nível de estrutura com uma disposição de 85,7% das despesas executadas, com destaque para a execução das acções “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2403 - Transferência de Capital para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2524 - Exercícios Findos”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3159 – Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3833 – Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km) ”, “4013 - Obra de Requalificação do Estádio 12 de Julho”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “4825 – Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5347 -Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5647 - Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomás”, “5974 – Construção de Estrada Penha - Lixeira /Água Porca”, “5976 – Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “6057 - Projecto Reforço do Sistema da Saúde STP”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas) ”, “6550 - Participação de STP nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020”, “6603 – Central de Emergência Sto Amaro”, “6608 – Plano de Contingência de Saúde” e “6615 - Escola Comunitária”.

### II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no quarto trimestre de 2020, conforme a Tabela 18, mostra que as despesas Consignadas e Actividades (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma execução da dotação corrigida de cerca de 104,6% e 127,9%, sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve também a execução alta para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de respectivamente 96,2%.

De salientar, que a realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução mais modesta, atingindo 911.741 milhares de Dobras, o que representa 57,0% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde, com 15.549 milhares de Dobras, Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado, com 35.000 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário, com 15.221 milhares de Dobras,

Reabilitação de Troços de Estradas, com 10.377 milhares de Dobras, Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água - Grande, com 15.924 milhares de Dobras, Abastecimento de Água Potável às Populações, com 43.800 milhares de Dobras, Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica, com 10.916 milhares de Dobras, Construção do Liceu, com 11.170 milhares de Dobras, Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP, com 6.752 milhares de Dobras, Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem, com 20.105 milhares de Dobras, Plano de Contingência de Saúde, com 51.661 milhares de Dobras.

**Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas**

(em milhares de Dobras)

<b>Tipologia da Despesa</b>	<b>Inicial</b>	<b>Corrigida</b>	<b>Cabimentada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>% Estr.</b>	<b>% Estr</b>
Actividades	1 646 112	1 886 790	1 974 158	1 973 395	1 881 295	104,6	62,3
Consignadas	96 823	126 796	162 203	162 165	162 164	127,9	5,1
Operações Especiais	161 602	125 698	120 983	120 983	120 983	96,2	3,8
Projectos	1 527 328	1 599 991	912 182	911 741	911 491	57,0	28,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>3 739 275</b>	<b>3 169 525</b>	<b>3 168 284</b>	<b>3 075 933</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (3.168.284 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 62,3% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 28,8% do total executado no mesmo período do ano.

## II.2. Alterações Orçamentais

O presente tema vem no cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 5/2020, de 25 de Agosto (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado Retificativo para o ano 2020), que obriga o Governo a prestar anualmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações.

Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas. Por conseguinte, a Lei n.º 5/2020, de 25 de Agosto, no seu artigo n.º 16 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2020. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 9.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observadas ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2020, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim,

através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas (cativadas) em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 308.960 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 9,0%, é justificado, por um lado, pelo Bloqueio (Cativo) de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 5/2020.

### II.2.1. Alterações Orçamentais por Classificação Orgânica

Ao analisar as alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado na Tabela 19, verifica – se que dez (10) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Tribunal Constitucional (TCO), Encargos Gerais do Estado (EGE), Governo Regional de Príncipe (GRP), Ministério de Saúde (MS), Câmara Distrital de Caué (CDC), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Câmara Distrital de Mé - Zochi (CDMZ), Presidência da República (PR), Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA) e Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), onde foi verificado aumento das suas dotações ao logo do trimestre em causa.

Entretanto, das que tiveram diminuição destacam-se as alterações ocorridas no Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Procuradoria -Geral da República (PGR), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Tribunal de Contas (TC), Tribunal de Judicial (TJ), Ministério Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR) e Assembleia Nacional (AN), que resultaram em redução das respectivas dotações iniciais, em 2,1%, 17,9%, 18,3%, 19,1%, 23,9%, 25,1%, 31,1%, 33,2%, 33,5% e 39,0% respectivamente.

**Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica**

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Descativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	130 877	5 500	-17 508	39 000	0	-51 008	79 869	-39,0	2,1
TC	38 789	14 274	685	24 247	0	-9 288	29 501	-23,9	0,8
TCO	5 200	0	1 913	0	0	1 913	7 113	36,8	0,2
TJ	43 778	0	0	11 000	0	-11 000	32 778	-25,1	0,9
PR	14 667	369	3 068	1 767	0	1 670	16 337	11,4	0,4
GPM	58 678	17 150	-9 294	19 039	0	-11 183	47 495	-19,1	1,3
PGR	25 095	3 028	-4 095	3 437	0	-4 504	20 591	-17,9	0,6
MDOI	222 215	14 825	70 153	699	0	84 279	306 494	37,9	8,2
MNEC	157 461	6 066	-24 609	33 702	0	-52 245	105 217	-33,2	2,8
MJAPDH	60 951	6 948	-3 463	4 768	0	-1 283	59 668	-2,1	1,6
MTSFFP	60 609	129 990	-4 472	37 701	14 000	101 816	162 425	168,0	4,3
MPFEA	177 991	74 734	-17 242	40 694	0	16 798	194 789	9,4	5,2
MTCCI	39 815	8 898	-8 244	13 023	0	-12 368	27 447	-31,1	0,7
MEES	538 929	97 576	3 480	33 714	21 885	89 228	628 157	16,6	16,8
MOPIRNA	533 152	186 491	14 385	215 959	32 339	17 255	550 407	3,2	14,7
MS	401 337	94 534	3 779	27 332	0	70 982	472 319	17,7	12,6
MJDE	61 730	13 944	-579	24 661	0	-11 296	50 434	-18,3	1,3
MAPDR	188 706	32 276	-6 766	88 777	0	-63 266	125 440	-33,5	3,4
GRP	122 175	40 214	29 003	47 466	0	21 752	143 927	17,8	3,8
CDAG	16 123	1 500	5 713	0	0	7 213	23 336	44,7	0,6
CDCG	8 325	4 000	68	0	0	4 068	12 394	48,9	0,3
CDCAUÉ	6 375	1 000	100	0	0	1 100	7 475	17,3	0,2
CDLMB	7 933	1 046	100	1 020	0	126	8 059	1,6	0,2
CDLOBTA	11 620	1 000	525	1 000	0	525	12 145	4,5	0,3
CDMZ	11 519	1 500	150	0	0	1 650	13 169	14,3	0,4
EGE	487 815	186 201	-36 854	33 323	0	116 024	603 839	23,8	16,1
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>943 065</b>	<b>0</b>	<b>702 329</b>	<b>68 224</b>	<b>308 960</b>	<b>3 740 825</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Assim sendo, como acima relatado, os órgãos como Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), teve um incremento da dotação de 101.816 milhares de Dobras, correspondentes as acções “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar”, “6609 – FR -Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6611 – FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores” e “6614 - Programa Família”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG) com incremento da dotação de 4.068 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “2408 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Cantagalo” e “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”; na Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG) o incremento da dotação foi de 7.213 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande” e “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”; para o Encargos Gerais do Estado (EGE), o incremento da dotação foi de 116.024 milhares de Dobras, devido a registo das acções “6043 - Reg. Atrasados de Serviço de Telecomunicação, Água e Luz”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2524 - Exercícios Findos” e “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais”; Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), verificou -se incremento da dotação de 84.279 milhares de Dobras, pela inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO” e “6311 - Patrulha Conjunta”; o Tribunal Constitucional (TCO), que apresentou um incremento da sua dotação em 1.913 milhares de Dobras, devido a inscrição da acção “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”; para o Governo Regional de Príncipe (GRP), o crescimento

(21.752 milhares de Dobras) verificado, foi devido a inscrição de algumas actividades e projectos como “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2403 - Transferência de Capital para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e “6613 - Outras Despesas Correntes Diversas”; para o Ministério da Saúde (MS), o aumento da dotação foi no valor de 70.982 milhares de Dobras, nas acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde”; Câmara Distrital de Caué (CDC), o aumento da dotação foi de 1.100 milhares de Dobras, na acção “2414 - Transferência de Corrente p/ Câmara Distrital de Caué” e “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué”; Câmara Distrital de Mé - Zochi (CDMZ), com 1.650 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “2406 – Transferências de Corrente para Câmara Distrital de Mé – Zochi” e “2407 – Transferências de Capital para Câmara Distrital de Mé – Zochi.

Dando continuidade, temos o Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), o aumento da dotação foi de 89.228 milhares de Dobras, nas acções como “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3833 - Reabilitação das Infraestruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5768 - Construção do Liceu”, “6064 - Educação Empreendedora”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”; na Presidência da República (PR), 1.670 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República”; Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), o incremento foi de 16.798 milhares de Dobras, devido as seguintes acções “3753 - Transferência para Funcionamento de EITI”, “3376 – Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3878 - Funcionamento de Zonas Francas”, “6153 – Promoção dos Investimentos e Melhoria de Ambiente de Negócio” e “6612 - Linha de Crédito ao Sector Privado - Garantida pelo Estado”; Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT), o incremento foi de 525 milhares de Dobras, devido as seguintes acções: “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”; Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRINA), o incremento foi de 17.255 milhares de Dobras, devido as seguintes acções “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5538 - Requalificação da EN1/Conde/Gleba”, “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”,

“5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro Peixe”, “6277- Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6603 - Central de Emergencia Sto Amaro” e “6616 - Reabilitação da Estrada de Bobo Forro”; e por último, Câmara Distrital de Lembá (CDLMB) com 126 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá” e “5647 - Construção de Via de Acesso de Bairro de Água Tomá”.

Quanto a alteração Adicional que apresenta um montante de 943.065 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MOPIRNA com cerca de 186.491 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5538 - Requalificação da EN1/Conde/Gleba”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5973 - Construção de Estrada Rio Lima -Gleba/Capela”, “5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6277- Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6616 - Reabilitação da Estrada de Bobo Forro”; em seguida o EGE no montante de 186.201 milhares de Dobras, devido a inscrição das actividades e dos projectos “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6605 – Seguros”, “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “2524 - Exercícios Findos”; depois o MTSFFP com cerca de 129.990 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”, “6609 – FR - Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores” e “6614 - Programa Família”; posteriormente o MEES com 97.576 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II) ”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5768 - Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “5893 - Construção de Depósitos de Água nas Escolas Básicas e Secundário”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitária nas Escolas”; em seguida o MS com cerca de 94.534 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de

Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados”, “3805 - Obras de Reabilitação e Pintura dos Postos Sanitários”, “6391 - Obra de Construção e Reabilitação do Centro de Saúde de Lobata”, “6413 - Aquisição de Frigorífico para Guardar Cadáveres (Morgue)”, “6420 - Reabilitação de Casa de Banho da Pediatria 2”, “6540 - Conclusão de Centro de Saúde de Boa Morte”, “6541 - Conclusão de Centro de Saúde de Almas” e “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e por fim, MPFEA em cerca de 74.734 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “3878 - Funcionamento de Zonas Francas”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “6153 – Promoção dos Investimentos e Melhoria de Ambiente de Negócio”, “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros” e “6612 - Linha de Crédito ao Sector Privado - Garantida pelo Estado”.

Para a alteração de Reforço, esta registou um valor nulo, apesar de ter sido registado reforços positivos, a destacar no MDOI, GRP, MOPIRINA, CDAG, MS, MEES, PR e TCO, respectivamente, nos montantes de 70.153 milhares de Dobras, 29.003 milhares de Dobras, 14.385 milhares de Dobras 5.713 milhares de Dobras, 3.779 milhares de Dobras, 3.480 milhares de Dobras, 3.068 milhares de Dobras e 1.913 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforços negativos nos organismos em destaque como MJDE (579 milhares de Dobras), MJAPDH (3.463 milhares de Dobras), PGR (4.095 milhares de Dobras), MTSFFP (4.472 milhares de Dobras), MAPDR (6.766 milhares de Dobras), MTCCI (8.244 milhares de Dobras), GPM (9.294 milhares de Dobras), MPFEA (17.242 milhares de Dobras), AN (17.508 milhares de Dobras), MNEC (24.609 milhares de Dobras) e EGE (36.854 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve-se a retirada da verba de um órgão para outro.

Entretanto, no caso da descativação, foi verificado a libertação de verbas mediante a autorização do Ministro das Finanças em três (3) organismos como MOPIRINA no montante correspondido a 32.339 milhares de Dobras, em seguida o MEES com um valor de 21.885 milhares de Dobras e por último, o MTSFFP que rondou o montante de 14.000 milhares de Dobras que voltaram a estar disponível para estes órgãos.

## II.2.2. Por Classificação Funcional

A alteração orçamental no âmbito da classificação funcional, como apresentado na Tabela 20, realça-se a diminuição da dotação em sete (7) funções como: Serviços Públicos Gerais (88.487 milhares de Dobras), Encargos Financeiros (20.847 milhares de Dobras), Cultura e Desporto (13.948 milhares de Dobras), Transportes e Comunicações (116.797 milhares de Dobras), Agricultura e Pesca (60.470 milhares de Dobras), Ambiente (1.164 milhares de Dobras) e Trabalho (1.544 milhares de Dobras), que correspondem respectivamente a menos 7,3%, 9,5%, 21,5%, 31,8%, 33,0%, 36,2%, e 50,5% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Comércio e Serviços que registou um aumento da sua dotação em 494,7%, que ascende a 4.809 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”, em seguida Segurança e Assistência Social que registou um aumento da sua dotação em 267,3%, que ascende a 273.555 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “2532 - Apoio a Ordem dos Advogados”, “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores” e “6614 - Programa Família”, depois a função Habitação e Serviços Comunitários com um aumento da dotação de 72,3% que ascende a 85.809 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e dos projectos “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações” e “5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território”, posteriormente Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 61,0%, que ascende a 192.262 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I” e “6603 - Central de Emergência Sto Amaro”, seguidamente a função Defesa Nacional, que registou um aumento da sua dotação em 42,6%, que ascende a 278.715 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6311 - Patrulha Conjunta” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, depois a função Saúde que registou um aumento da sua dotação em 20,7%, que ascende a 456.607 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e “6613 - Plano de Contingência Operacional”, posteriormente a função Segurança Interna e Ordem Pública que registou um incremento da dotação de 20,1%, o equivalente a 30.857 milhares de Dobras, devido essencialmente a inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6456 - Víveres, Géneros Alimentícios e Alojamento (ajuda alimentar aos militares e paramilitares)” e “6457 - Obras de Reabilitação e Instalações (Edifício e pavimento de cadeia central)”, dando continuidade a função Educação com um aumento da dotação de 16,5% que ascende a 618.377 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Forro e Milagrosa”, “5768- Construção do Liceu”, “6064 - Educação Empreendedora”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”.

**Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional**

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Descativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	163 860	-16 280	236 067	0	-88 487	1 127 317	-7,3	30,1
Defesa Nacional	195 473	8 692	74 570	20	0	83 242	278 715	42,6	7,5
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	8 956	414	4 211	0	5 159	30 857	20,1	0,8
Educação	530 959	93 084	5 695	33 246	21 885	87 418	618 377	16,5	16,5
Saúde	378 379	111 697	2 402	35 872	0	78 227	456 607	20,7	12,2
Segurança e Assistência Social	74 467	277 252	-55 488	36 677	14 000	199 088	273 555	267,3	7,3
Habituação e Serviços Comunitários	49 807	10 000	29 034	3 032	0	36 002	85 809	72,3	2,3
Cultura e Desporto	64 757	13 944	-283	27 609	0	-13 948	50 809	-21,5	1,4
Combustíveis e Energia	119 422	76 626	46 474	50 260	0	72 840	192 262	61,0	5,1
Agricultura e Pesca	183 497	32 276	-4 389	88 357	0	-60 470	123 028	-33,0	3,3
Indústria e Mineração	0	39	0	0	0	39	39	...	0,0
Transportes e Comunicações	367 653	87 891	-53 594	183 433	32 339	-116 797	250 857	-31,8	6,7
Comércio e Serviços	809	4 000	0	0	0	4 000	4 809	494,7	0,1
Trabalho	3 058	0	-20	1 524	0	-1 544	1 514	-50,5	0,0
Ambiente	3 212	0	-1 164	0	0	-1 164	2 048	-36,2	0,1
Outros Serviços Económicos	0	46 200	0	0	0	46 200	46 200	...	1,2
Encargos Financeiros	218 869	8 546	-27 372	2 020	0	-20 847	198 022	-9,5	5,3
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>943 065</b>	<b>0</b>	<b>702 329</b>	<b>68 224</b>	<b>308 960</b>	<b>3 740 825</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional para esta classificação, estas foram mais expressivas nas funções Segurança e Assistência Social, no valor de 277.252 milhares de Dobras, pelo aumento das acções “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2532 - Apoio a Ordem dos Advogados”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P)”, “6357 - Mecanismo de Implementação de Estratégia de Género”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores” e “6614 - Programa Família”; Serviços Públicos Gerais no valor de 163.860 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé -Zochi”, “2452 – Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2480 - Aquisição de Meios Rolantes”, “2524 - Exercícios Findos”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “3165 - Reabilitação do Gabinete do 1º Ministro”, “3918 - Reabilitação do Edifício da TVS”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6300 - Apetrechos do Novo Edifício MNEC”, “6391 - Obra de Construção e Reabilitação do Centro de Saúde de Lobata”, “6420 - Reabilitação de Casa de Banho da Pediatria 2”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6540 - Conclusão de Centro de Saúde de Boa Morte” e “6606 - Implementação de Televisão Terrestre”; em seguida Saúde (ascende a 111.697 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2340 - Assistência

Infantil e Imunização”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “6413 - Aquisição de Frigorífico para Guardar Cadáveres (Morgue)”, “6541 - Conclusão de Centro de Saúde de Almas”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde” e “6613 - Plano de Contingência Operacional”;

Continuando, temos a função Educação, no valor de 93.084 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “1046 - Missões no Exterior”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância em Santarém”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Forro e Milagrosa”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “5768 - Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “5893 - Construção de Depósitos de Água nas Escolas Básicas e Secundário”, “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”, “6460 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6615 - Escola Comunitária” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”; depois a função Transporte e Comunicações (ascende a 87.891 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição dos projectos “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó - Potó”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5538 - Requalificação da EN1/Conde/Gleba”, “5973 - Construção de Estrada Rio Lima - Gleba/Capela”, “5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro - Peixe”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem” e “6616 - Reabilitação da Estrada de Bobo Forro”; em seguida a função Combustíveis e Energia (ascende a 76.626 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, “4820 - Manutenção da Central Eléctrica” e “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”; em Outros Serviços Económicos no valor de 46.200 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “6153 - Promoção dos Investimentos e Melhoria de Ambiente de Negócio” e “6612 - Linha de Crédito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”; e por último, Agricultura e Pesca no valor de 32.276 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4831 - Projecto de Abastecimento de Insumos Agrícolas”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5291 - Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares”, “5814 - Diagnóstico para Acreditação do CIAT”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “6169 - Requalificação das Casas de Comboio nas Comunidades Agrícolas”, “6498 - Reabilitação das Infraestruturas do MAPDR”, “6536 - Indemnização aos Antigos Func. do PAPAC”, “6590 - COPRAM” e “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”.

### II.2.3. Por Localização Geográfica

Em correspondência com a Tabela 21, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que no universo de nove (9) localizações, seis (6) delas traduziram num aumento de dotação inicial, nomeadamente a localização São Tomé em 119,3%, o correspondente a 141.059 milhares de Dobras, decorrente dos projectos “3159 – Abastecimento de Água Potável às Populações”, “5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I” e “6603 - Central de Emergência Sto Amaro”; Lobata em 49,7%, o relativo a 53.709 milhares de Dobras, decorrente dos projectos “2410 - Transferência de Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5538 – Requalificação da EN1/Conde/Gleba”, “5768 - Construção do Liceu”, “5976 -Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe” e “6618 - Requalificação de Praia dos Tamarinos”. No Príncipe 17,8%, correspondente a mais 150.010 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2403 - Transferência Capital para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “3782 - Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica” e “6613 - Plano de Contingência Operacional RAP”;

Na localização Nacional foi registado um aumento de 7,6%, o correspondente a mais 3.204.452 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 – Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1054 – Meio de Apoio ao Ensino”, “2569 – Subsídios às Autoridades Públicas”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 – Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2373 - Aparelho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2524 – Exercícios Findos”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “2946 – Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados”, “3833 – Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4013 - Obra de Requalificação do Estádio 12 de Julho”, “4820 – Manutenção da Central Eléctrica”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5077 – Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5291 - Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares”, “5380 – Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5814 - Diagnóstico para Acreditação do CIAT”, “5974 - Construção de Estrada Penha -Lixeira/Água Porca”, “6064 - Educação Empreendedora”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6153 – Promoção dos Investimentos e Melhoria de Ambiente de Negócio”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex -Palácio Pioneiro)”,

“6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6456 - Víveres, Géneros Alimentícios e Alojamento (ajuda alimentar aos militares e paramilitares) ”, “6457 – Obras de Reabilitação e Instalações (Edifício e pavimento de Cadeia Central) ”, “6460 – Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Conde (Construção de 8 salas de aulas) ”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6525 - Sistema Centralizado de Comunicação do Governo”, “6559 – Obra de Requalificação de Ginásio ao ar livre”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6609 – FR -Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores”, “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”, “6614 - Programa Família”, “ 6615 - Escola Comunitária”, “6616 - Reabilitação da Estrada de Bôbô - Forro” e “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas”.

Em Mé - Zochi este aumento situou em 2,5%, equivalente a mais 36.620 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi”, “3766 – Construção de Campo de Futebol de Trindade” e “6312 - Construção de Jardim de Infância na Trindade”; e finalmente, a localização Caué com 0,2%, correspondente a mais 15.217 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué”, “2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué” e “4982 – Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”.

**Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica**  
(em milhares de Dobras)

Local	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Descativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	2 977 701	801 128	-83 975	547 626	57 224	226 751	3 204 452	7,6	85,7
São Tomé	64 334	10 000	74 778	8 053	0	76 725	141 059	119,3	3,8
Príncipe	127 363	41 671	28 983	48 006	0	22 647	150 010	17,8	4,0
Água Grande	106 329	9 581	2 470	51 068	11 000	-28 017	78 312	-26,3	2,1
Mé-Zochi	35 727	10 833	-3 227	6 713	0	893	36 620	2,5	1,0
Cantagalo	45 975	41 108	-15 617	27 909	0	-2 418	43 557	-5,3	1,2
Lembá	23 378	1 844	-4 485	2 849	0	-5 490	17 888	-23,5	0,5
Lobata	35 870	24 000	2 142	8 304	0	17 838	53 709	49,7	1,4
Caué	15 187	2 900	-1 070	1 800	0	30	15 217	0,2	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>943 065</b>	<b>0</b>	<b>702 329</b>	<b>68 224</b>	<b>308 960</b>	<b>3 740 825</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Considerando a tabela acima, nota – se que três (3) localizações registaram diminuição, sendo Cantagalo, Lembá e Água - Grande, em respectivamente 5,3%, 23,5% e 26,3%. A redução ocorrida em Cantagalo deve-se unicamente a diminuição efectuada na dotação dos projectos “3961 - Estrada - Zandrigo / Quimpo (1,5 Km)” e “5369 - Reabilitação e Extensão do Sistema de Abast. Água de Ribeira Afonso”; em Lembá a diminuição ocorreu na dotação das seguintes actividades e projectos como: “1053 - Capacitação do Pessoal”, “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2180 - Construção do Troço de Estrada Bengá/Câmara Distrital de Lembá”, “2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá” e “5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri” e por fim, em Água - Grande esta diminuição deve-se fundamentalmente a redução efectuada na dotação dos projectos em destaque “2565 - Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho”, “2776 -

Construção de troço de Estrada Vila Maria/P. Congressos”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó -Potó”, “5977 - Construção de Troço de Estrada Igr. Nova Apostólica/Escola Ganda”, “6269 – Aquisição Meio Rolante – DOPU”, “6273 – Aquisição de Equipamentos de Topografia Meios Informáticos e Outros”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6521 – Aquisição de Equipamento de Impressão de carta e Livrete Magnética”, “6522 - Conclusão das Obras do Passeio na Cidade Capital e Arredores/Lote I à Lote VI”, “6534 - Construção de Troço de Estrada Bobô Cativo/EN3”, “6535 - Construção de Troço de Estrada/Arruamento de SATON”, “6538 - Construção de Troço de Estrada Torres Dias/Favorita”, “6559 - Obra de Requalificação de Ginásio ao ar livre” e “6564 – Construção de Centro Recreativo em Praia Gamboa”.

## II.2.4. Por Fonte de Recursos

No que concerne à análise das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através da Tabela 22, observa-se que as mesmas resultaram no incremento de dotação das despesas financiadas com recursos internos em 15,4%, face ao inicialmente aprovado, sendo na sua maioria as financiadas com recursos consignados, que viu a sua dotação aumentar em 27.737 milhares de Dobras, o correspondente a mais 27,8%. Já as financiadas com Tesouro, conheceram aumento na dotação de 273.949 milhares de Dobras, correspondente a mais 15,0%. Quanto as despesas financiadas com recursos HIPC, as mesmas registaram uma diminuição de 7,4% do inicialmente aprovado, ascendendo a um valor de redução de 1.711 milhares de Dobras. Do mesmo modo, as financiadas com recursos externos conheceram um ligeiro aumento de 0,6%, face ao inicialmente aprovado, como resultado do incremento efectuado na componente Empréstimo em 77,3%, tendo do lado das despesas financiadas com Donativos conhecido uma diminuição de 5,4%, do inicialmente aprovado.

**Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos**  
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Descativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
<b>Financiamento Interno</b>	<b>1 950 741</b>	<b>341 140</b>	<b>0</b>	<b>41 165</b>	<b>0</b>	<b>299 975</b>	<b>2 250 716</b>	<b>15,4</b>	<b>60,2</b>
Recursos Ordinários do Tesouro	1 827 732	313 359	0	39 410	0	273 949	2 101 681	15,0	56,2
Recursos Consignados - Locais	99 793	27 737	0	0	0	27 737	127 530	27,8	3,4
HIPC	23 216	44	0	1 755	0	-1 711	21 505	-7,4	0,6
<b>Financiamento Externo</b>	<b>1 481 124</b>	<b>601 925</b>	<b>0</b>	<b>661 163</b>	<b>68 224</b>	<b>8 985</b>	<b>1 490 109</b>	<b>0,6</b>	<b>39,8</b>
Financiamento externo - Doações	1 373 726	492 184	0	634 473	68 224	-74 065	1 299 661	-5,4	34,7
Financiamento Externo - Empréstimo	107 398	109 741	0	26 691	0	83 050	190 448	77,3	5,1
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>943 065</b>	<b>0</b>	<b>702 329</b>	<b>68 224</b>	<b>308 960</b>	<b>3 740 825</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno estão relacionadas, sobretudo com a operação Adicional, na componente Recursos Ordinários do Tesouro, na componente Consignada e da componente HIPC. Já ao nível dos reforços, esta mantém - se inalterada (sem realização) e no caso da descativação por esta fonte de recurso, não foi verificado a libertação de verbas para a

realização das despesas. Entretanto, ao nível desta fonte de Financiamento destaca-se o aumento da dotação das seguintes acções: “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 – Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3753 - Transferência para Funcionamento de EITI” “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 – Transferência Correntes para IMAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 – Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “3882 – Programa de Extensão Rural”, “4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “5291 – Projecto de Desenvolvimento de Cultura Alimentares”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6311 - Patrulha Conjunta”, “6590 – COPRAM”, “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”, “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”, “6616 - Reabilitação da Estrada de Bôbô - Forro”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar”.

No que concerne a fonte de Financiamento externo, o aumento verificado na componente Empréstimo está relacionado com a dotação adicional realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos como é o caso de “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores” e “6613 - Plano de Contingência Operacional RAP”.

Também é de referir, que nesta fonte de financiamento houve Cativação (Bloqueio) de valores que levou a diminuição da dotação inicial da componente Donativo no montante de 74.065 milhares de Dobras, o correspondente a menos 5,4%, tudo devido a redução da dotação de alguns projectos como é o caso de “1087 - Protecção Social”, “1104 – Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais”, “2180 – Construção do Troço de Estrada Bengá/ Câmara Distrital de Lembá”, “2186 - Construção de Troço de Estrada Madre de Deus/Almeirim”, “2418 - Transferência de Capital para Assembleia Nacional”, “2452 - Apoio Institucional à Assembleia Nacional”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2776 - Construção de troço de Estrada Vila Maria/P. Congressos”, “2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro”, “2861 - Apetrechamento da Residência Oficial”, “3146 - Implementação do SAFE”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3405 – Projecto-piloto de Ensino em Língua Portuguesa”, “3709 - Gestão Sustentável dos Recursos Florestais”, “3820 - Aquisição de Móveis Escolares”, “3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3961 - Estrada - Zandrigo / Quimpo (1,5Km)”, “4824 - Construção/Aquisição de um Edifício”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “4872 -Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF”, “4886 - Apoio ao Centro de Formação Profissional”, “4906 - Formação e capacitação de jovens

empreendedores”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “5264 - Requalificação de Troços de Estradas”, “5291 - Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares”, “5295 - Aquisição de 1 Carro Exterior -RNSTP”, “5310 - Incremento da Produção e da Produtividade nas Parcelas Agrícolas”, “5509 – Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves - Contri”, “5535 - Requalificação da EN1/Santa Luzia”, “5550 - Reabilitação do Pavimento em Volta da TVS”, “5762 - Construção de Casas Sociais (Mé- Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P”, “5898 - Construção Memorial de 3 de Fevereiro”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “5925 - Projecto de Melhoria das Condições Higiénico -Sanitária dos Produtos de Pesca”, “5975 - Construção Estrada em Calçada - Hospital Guadalupe/Vila Braga”, “5977 - Construção de Troço de Estrada Igr. Nova Apostólica/Escola Ganda”, “5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel”, “5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António”, “5986 - Execução de Drenagem e Reabilitação do Pavimento na Rua Padre”, “6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo”, “6055 - Programa Melhoria Indicadores Abastecimento Água STP”, “6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP”, “6072 - Aquisição de Manual Escolar para Todos os Níveis do Ensino (1 fase) ”, “6138 - Construção de Edifício para Autoridade Tributária - MFCEA”, “6147 - Projecto de Desenvolvimento de Aquacultura”, “6273 - Aquisição de Equipamentos de Topografia Meios Informáticos e Outros”, “6289 - (EN 2) S. Nguembu/ES 103 Igreja Pantufo”, “6294 - Reabilitação da Estrada em Macadame e Calçada - EN1 - Guadalupe/Sta Luzia”, “6295 - EN2 Água Bobô (Jaquendê)/ S. Marçal”, “6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé”, “6353 - Reforço de Capacidade Institucional MPFCEA”, “6497 - Despesas de Capital de Exercício Anterior do Tribunal de Contas”, “6502 - Apoio ao Reforço das Capacidades Institucionais e Funcional do MAPDR”, “6535 - Construção de Troço de Estrada/Arruamento de SATON”, “6591 - Apoio a Capacitação e Valorização de produção Hortícola – SANSTP”, “6592 - Culturas Alimentares, Recuperação de Citrinos e Coqueiral”, “6596 - Construção de Estrada em Calçada -Bairro Muquinquin e ruas Adjacentes”, “6601 - Construção de Estrada Stº Cristo/Terreiro Velho”, “6602 - Construção de Nova Sede da Assembleia Nacional”, “6606 - Implementação de Televisão Terrestre” e “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores”.

### II.2.5. Por Tipologia de Despesas

A Tabela 23 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas. Nele, observa-se que as mesmas ocorreram nas Actividades, Projectos e as Consignadas, resultando no aumento da dotação inicial das Actividades (referem-se às despesas de funcionamento) em 14,6%, cerca de mais 240.678 milhares de Dobras, seguido do aumento da dotação relativamente aos Projectos em 4,9% do inicialmente aprovado para o período em análise, ou seja, cerca de mais 74.213 milhares de Dobras, e as Consignadas que tiveram um aumento da dotação de 31,0% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a mais 29.973 milhares de Dobras.

Os aumentos da dotação da tipologia actividades estão relacionados fundamentalmente ao aumento de dotação de algumas actividades em destaque como “1001 - Despesa Com Pessoal”, “1005 – Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas”, “2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”,

“2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “3753 - Transferência para Funcionamento de EITI”, “3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6587 - Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação” e “6607 - Prevenção ao COVID 19”.

Quanto a tipologia Consignadas, o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na inscrição e aumento de dotação da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. No que concerne as alterações de Reforço foram registadas movimentos positivos por parte das Actividades e movimentos negativos do lado das Operações Especiais no valor de 35.904 milhares de Dobras, o correspondente a 22,2%, sendo justificado pela redução de dotação das seguintes acções “2456 - Amortização da Dívida Pública”. Relativamente a alteração Descativação, foram registados ocorrência nas tipologias de despesas projecto, o que resultou na libertação de verba no valor de 68.224 milhares de Dobras.

**Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas**  
(em milhares de Dobras)

Tipologia	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Descativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	1 646 112	243 334	35 904	38 560	0	240 678	1 886 790	14,6	50,4
Consignadas	96 823	29 973	0	0	0	29 973	126 796	31,0	3,4
Operações Especiais	161 602	0	-35 904	0	0	-35 904	125 698	-22,2	3,4
Projectos	1 527 328	669 758	0	663 769	68 224	74 213	1 601 541	4,9	42,8
<b>Total Geral</b>	<b>3 431 865</b>	<b>943 065</b>	<b>0</b>	<b>702 329</b>	<b>68 224</b>	<b>308 960</b>	<b>3 740 825</b>	<b>9,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DCP-MFCEA

No caso dos Projectos foi verificado aumento do valor dotado, justificado pelo incremento de dotação dos seguintes projectos “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “1089 - Apoio às ONGs Parceiras da Acção Social”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2373 - Apetrecho Técnico do Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2403 - Transferência de Capital para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2524 - Exercícios Findos”, “2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1”, “2946 – Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3159 - Abastecimento de Água Potável às Populações”, “3833 – Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abast. Água Santana e Arredores”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4820 – Manutenção da Central Eléctrica”, “4919 - Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”, “5291 - Projecto de Desenvolvimento de Culturas Alimentares”, “5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge”, “5380 – Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5531 - Requalificação/Lote

Conde/Micolo/Fernão Dias”, “5768 - Construção do Liceu”, “5974 - Construção de Estrada Penha - Lixeira/Água Porca”, “6089 - Conclusão da Obra do Quartel da RMP”, “6153 – Promoção dos Investimentos e Melhoria de Ambiente de Negócio”, “6240 - Recuperação do Edifício do Instituto da Juventude (ex -Palácio Pioneiro) ”, “6260 - Reabilitação do Edifício do SINFO”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6311 - Patrulha Conjunta”, “6457 – Obras de Reabilitação e Instalações (Edifício e pavimento de Cadeia Central) ”, “6460 – Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”, “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”, “6590 – COPRAM”, “6603 - Central de Emergência Sto Amaro”, “6608 - Plano de Contingência de Saúde”, “6609 - FR- Apoio a Protecção de Emprego, Outros Sectores”, “6610 - Plano de Contingência p/ Desconcentração de Vendas”, “6611 - FR – Apoio a Protecção de Emprego e outros Sectores”, “6612 - Linha de Credito ao Sector Privado -Garantida pelo Estado”, “6613 - Plano de Contingência Operacional RAP”, “6614 - Programa Família”, “6615 - Escola Comunitária”, “6616 - Reabilitação da Estrada de Bôbô - Forro”, “6617 - Instalação de Estações Sanitárias nas Escolas” e “6618 – Requalificação de Praia dos Tamarinos.



**DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA**

[financas.gov.st](http://financas.gov.st)